

Desertos de Notícias Europa 2025

RELATÓRIO
DE PORTUGAL

Desertos de Notícias Europa 2025

RELATÓRIO DE PORTUGAL

Pedro Jerónimo
Giovanni Ramos
Luísa Torre
Inês Salvador

Índice

Apresentação | 6

Sumário Executivo | 8

O que são desertos de notícias? | 10

Introdução | 12

Desertos de notícias pelo mundo | 17

Brasil: A situação atual | 17

EUA: A crise aprofundada | 18

Europa: Uma análise holística | 19

Metodologia | 21

Mapas dos Desertos de Notícias: Portugal | 25

Mapas dos Desertos de Notícias: NUTS III | 31

Referências Bibliográficas | 64

Agradecimentos | 67

Ficha Técnica | 68

Apresentação

Quando se olha a realidade de um qualquer território nacional, nomeadamente se localizado no designado interior do país, através de um funil mediático, tudo parece pequeno. As populações parecem aliteradas, a economia obsoleta e o dia-a-dia desprovido de interesse e de dinamismo. Essa percepção será tanto maior quanto a invisibilidade mediática.

Os temas presentes nos *media* regionais e locais podem não ser a falência de um banco, a prisão de uma celebridade ou o acidente numa rua conhecida. Eles são outros: os eventos, a política e as figuras da terra, os investimentos, os constrangimentos ou os crimes nas redondezas. O valor é o mesmo pois, antes da identidade nacional que motiva a procura de notícias, existe a identidade local e regional que sustenta o desejo de saber o que acontece mais perto de casa.

“Agentes de resistência à desinformação.”

Assim se referiu ao papel dos *media* regionais e locais Helena Sousa, presidente da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, durante o *Colóquio Dinâmicas da Desinformação Política em Portugal: Media, Partidos e Redes Sociais* (17 de setembro de 2025, Universidade da Beira Interior, Covilhã). Acrescentou, ainda, que cabe a esses meios assegurar a proximidade cultural, o escrutínio político e a promoção da identidade local. Sobretudo num cenário de decréscimo de meios. Entre os anos de 2000 e 2024 - avançou na ocasião - Portugal passou de cerca de 5000 publicações periódicas para apenas 1675. Destas, 713 eram de caráter regional.

É com vista a contribuir para esta temática que surge o presente relatório.

Estabelecendo um comparativo com a realidade existente em 2022, visa-se indagar que alterações ocorreram. Que concelhos entraram e que concelhos saíram do leque de desertos de notícias? Que concelhos se tornaram ameaçados pela escassez de *media*? E quais escaparam desta realidade?

A semelhança do relatório de 2022, esta edição também não pretende assinalar em que territórios há ou não há notícias locais. Sem lá ir, para os conhecer, dificilmente saberemos quantos estão a ser invisibilizados jornalisticamente. O que aqui se pretende registar são os concelhos onde estão sediados meios de comunicação social de informação geral e de natureza jornalística, mas também aqueles onde tal não acontece. A principal novidade é lançar-se também um olhar regional, por via das NUTS III. A partir daqui, outro tipo de estudos e de análises, mais aprofundados, podem surgir. Algo que, aliás, até já tem vindo a ser feito nos últimos três anos e que assinalamos ao longo deste relatório.

Pedro Jerónimo
Giovanni Ramos
Luísa Torre
Inês Salvador

Sumário Executivo

O relatório de 2025 sobre desertos de notícias em Portugal confirma a manutenção de padrões já identificados em 2022, com pequenas variações resultantes sobretudo de ajustes metodológicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Situação geral

Em 2025 (1 de junho), Portugal conta com 891 meios regionais:

- 399 impressos
- 263 rádios
- 409 digitais

Desertos de Notícias em 2025

- 45 concelhos em desertos de notícias (14,61%)
- 38 concelhos em semi-desertos (12,34%)
- 87 concelhos ameaçados (28,25%)
- 171 concelhos com algum nível de problema (55,52%)

Evolução face a 2022

- Redução de desertos totais (54 → 45)
- Aumento dos semi-desertos (24 → 38)
- Total de concelhos em algum tipo de deserto subiu (78 → 83)
- Concelhos ameaçados mantiveram-se estáveis (87)
- Total de concelhos com problemas aumentou ligeiramente (166 → 171)

Meios impressos e digitais

- Impressos locais em desertos ou semi-desertos: 182 (2022) → 187 (2025)
- Digitais em desertos: 157 (2022) → 156 (2025)
- Criação de 76 novos meios digitais desde 2022 (65 exclusivamente online)



Rádios regionais

- 109 concelhos em desertos (35,39%)
- 19 em semi-desertos (6,17%)
- Total: 138 concelhos com ausência ou escassez de rádio (44,81%)
- Redução face a 2022 (118 desertos → 109)

Distribuição Regional (NUTS II e III)

- Ausência de meios concentrada no interior, sobretudo Alentejo e Trás-os-Montes.
- Litoral e áreas metropolitanas (Lisboa, Porto, Setúbal) praticamente sem desertos.
- Sub-regiões críticas:

Alto Alentejo: apenas 9 meios para 103 mil habitantes.

Alto Tâmega: 15 meios para 78 mil habitantes
(maior rácio de meios per capita).

Península de Setúbal: apenas 2 concelhos em desertos, com 29 meios para 848 mil habitantes.

Grande Lisboa: nenhum deserto ou semi-deserto; apenas Amadora identificada como concelho ameaçado.

CONCLUSÕES

O digital assume-se como suporte dominante e em crescimento, embora com limitações na frequência e qualidade da produção noticiosa em alguns casos.

Persistem desigualdades territoriais significativas, com concentração de meios em regiões urbanas e litoral, e fragilidade acentuada no interior.

O cenário nacional é de estabilidade, tendo existido pequenos ajustes metodológicos a influenciar os resultados.

O que são desertos de notícias?

A expressão surge nos Estados Unidos (*news desert*) no final da primeira década deste século, nos estudos sobre os impactos da crise do jornalismo nos *media* regionais. Abernathy (2018, 2020) define deserto de notícias como:

“Uma comunidade, seja rural ou urbana, com acesso limitado às notícias e informações confiáveis e abrangentes que alimentam a democracia em nível local”.

O relatório *Expanding News Desert*, publicado por Penelope Abernathy junto do *Knight Chair in Journalism and Digital Media Economic*, em 2020, apontou que nos EUA a maior parte dos moradores que vivem no deserto de notícias é mais pobre, mais velha e menos instruída que o americano médio. Isto porque são comunidades mais distantes dos grandes centros, com baixa atividade económica, as mais suscetíveis à crise do jornalismo. Os meios de comunicação não encontram leitores e recursos para manter suas estruturas abertas. São essas comunidades as primeiras a terem os seus jornais fechados em momentos de crise económica (Abernathy, 2020).

Por atenderem comunidades com maior faixa etária, esses jornais não conseguem fazer a transição para o digital em tempos de crise económica. Os *media* ainda encontram outra barreira nesta transição: as dificuldades de obter recursos financeiros no formato digital causadas pela desconfiança dos anunciantes locais e pelas métricas de conversão em ferramentas de monetização, que exigem números de audiência que um jornal de uma pequena comunidade não consegue atingir (Hindman, 2015).

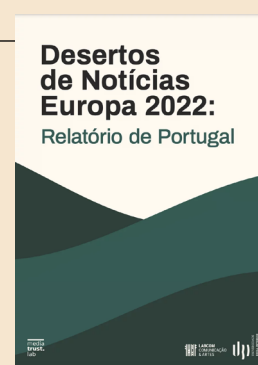
Portanto, os desertos de notícias surgem em regiões distantes dos grandes centros, com baixa atividade económica, onde os antigos jornais locais não conseguem mais sustentar-se e a região não é atrativa para novos empreendimentos no setor.

Este cenário é particularmente desafiador em tempos de disseminação rápida de desinformação a partir dos *media* digitais em contexto local (Jerónimo e Esparza, 2022). O estudo *Local News Deserts in the UK*, realizado no Reino Unido, mostrou que com o declínio dos meios regionais impressos, a atenção sobre os acontecimentos locais migrou para a internet e para os *media* digitais. Os *media* sociais digitais tornaram-se dominantes nos sistemas de disseminação de notícias sobre o contexto local, tanto aqueles produzidos pelas comunidades dentro de grupos sociais como também para a distribuição de notícias produzidas por meios de comunicação social locais. Neste contexto, os *media* sociais digitais são vistos como a fonte principal de disseminação de desinformação local, por causa da falta de verificação sobre os posts que circulam nessas redes (Barclay et al, 2022; Correia, Jerónimo e Gradim, 2019).

Introdução

Desde a publicação do **primeiro mapeamento sobre os “desertos de notícias” em Portugal** (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022), a temática tem vindo a suscitar crescente interesse em diferentes setores da sociedade, abrangendo as esferas académica, política e associativa. O referido estudo, pioneiro na temática e na abrangência, destacou a fragilidade estrutural do jornalismo de proximidade em território nacional, evidenciando, em particular, a escassa visibilidade dos pequenos territórios. Esta constatação configura um desafio persistente tanto para o exercício da cidadania como para a vitalidade da democracia local. A crise que atravessa o jornalismo de proximidade constitui o pano de fundo deste fenómeno, sendo marcada por estrangimentos financeiros, de credibilidade e até existenciais, que incluem a redução das receitas publicitárias e a crescente precarização da profissão.

O estudo inaugural revelou que mais de metade dos concelhos portugueses (53,9%) enfrentava algum grau de risco de se transformar em desertos de notícias, ou já se encontrava nessa condição. Entre estes, 25,3% registavam uma cobertura noticiosa insatisfatória ou pouco frequente, sendo que 17,5% eram desertos totais (sem qualquer órgão de comunicação social) e 7,8% estavam em situação de semi-deserto (com cobertura menos frequente ou deficiente). Acresce ainda que 88 concelhos (28,6%) foram classificados como ameaçados, por possuírem apenas um órgão de comunicação social local com cobertura regular. Este fenómeno apresenta-se particularmente pronunciado nas regiões do interior, caracterizadas por baixa densidade populacional e reduzido dinamismo económico. Tendência semelhante é observada no Brasil, onde os desertos de notícias se concentram igualmente em áreas com menor densidade demográfica e fragilidade económica. Em ambos os casos, trata-se de uma consequência direta da crise dos modelos tradicionais de negócio do jornalismo, agravada pela migração de audiências e receitas para grandes plataformas digitais, como Google e Facebook,



Disponível em
[labcom.ubi.pt/
desertos-de-noticias-
europa-2022-
relatorio-de-portugal/](http://labcom.ubi.pt/desertos-de-noticias-europa-2022-relatorio-de-portugal/)



que concentram uma parte significativa do mercado publicitário. Não obstante, os dados sugerem que o interesse dos cidadãos por notícias locais permanece elevado, o que torna ainda mais evidente a contradição entre procura e oferta de informação.

A literatura académica tem vindo a aprofundar o conceito de “desertos de notícias”, entendido como a ausência ou diminuição da disponibilidade, acesso ou utilização de notícias locais e de *media* comunitários (Gulyas, Jenkins & Bergström, 2023), ou ainda como “comunidades com acesso muito limitado a notícias e informações críticas” (Abernathy, 2023). De forma mais precisa, o conceito não se restringe à inexistência de jornais, mas abrange também a insuficiência na produção ou acesso à informação local face às necessidades das comunidades. O termo *news desert* surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 2000, sendo amplificado pela crise financeira de 2008. Os estudos sobre esta matéria tendem a organizar-se em três eixos principais: os órgãos de comunicação, a ecologia mediática e o conteúdo noticioso (Gulyas et al., 2023).

Desde 2022, novas investigações não só confirmaram as tendências previamente identificadas, como também introduziram perspetivas adicionais sobre a realidade portuguesa, enriquecendo a compreensão do fenómeno a nível internacional. Destaca-se, a título de exemplo, o estudo “Jovens e Consumo Mediático: Uma Análise Comparativa entre Desertos e Não-Desertos de Notícias em Portugal” (Maneta et al., 2024), que demonstrou o impacto direto da (in)existência de jornalismo de proximidade no consumo informativo dos jovens entre os 15 e os 24 anos. Verificou-se que, em regiões mais afetadas por desertos de notícias, como o Alentejo, os jovens dedicam menos tempo às redes sociais, à televisão em regime de *streaming* e aos dispositivos móveis. Paradoxalmente, embora estes jovens atribuam menor relevância às notícias no quotidiano, os jornalistas continuam a emergir como figuras de

referência para a compreensão do mundo. Tal paradoxo sugere que, mesmo em ecossistemas mediáticos fragilizados, existem condições para desenvolver estratégias de acesso à informação que promovam literacia mediática e envolvimento cívico.

A ausência de cobertura noticiosa local cria condições favoráveis à proliferação de desinformação, amplificada pelo funcionamento algorítmico das plataformas digitais, que privilegiam popularidade e interação em detrimento da verificação e do rigor (Torre & Jerónimo, 2023; Jerónimo & Esparza, 2022, 2023). A emergência de desertos de notícias torna-se particularmente preocupante num contexto em que a desinformação se dissemina rapidamente através das redes sociais digitais, frequentemente sem qualquer filtragem jornalística. Tal vulnerabilidade compromete a confiança pública, podendo distorcer a opinião e afetar a participação eleitoral. Diversos estudos sublinham que territórios sem cobertura noticiosa tendem a registar maior propensão para fenómenos como a desinformação, o populismo e crises democráticas associadas a taxas elevadas de abstenção eleitoral. A pressão temporal e a escassez de recursos, identificadas em Portugal e Espanha, conduzem ainda a uma dependência excessiva de fontes oficiais, reforçada por uma tradição jornalística que historicamente tratou as audiências como passivas. Investigações em contextos nórdicos (Steensen, 2023) demonstram que, em comunidades privadas de jornalismo independente, se verifica uma erosão da esfera pública local, conduzindo a “democracias casuais”. Contudo, outros estudos apontam para o potencial da participação comunitária e da “sabedoria das multidões” na mitigação da desinformação (Torre & Jerónimo, 2023; Jerónimo & Esparza, 2023), sugerindo que o fortalecimento dos meios de comunicação locais poderá constituir uma das respostas mais eficazes ao problema.

Importa salientar que a problemática dos desertos de notícias não se limita ao encerramento de órgãos de comunicação social. A dificuldade em recrutar jornalistas qualificados, mesmo em ambientes mediáticos relativamente estáveis, constitui igualmente um obstáculo. A investigação de Olsen e Mathisen (2023), centrada no contexto norueguês, demonstra que fatores económicos, geográficos e de prestígio profissional alimentam uma verdadeira “fuga de cérebros” no jornalismo local, restringindo a cobertura de temas relevantes e comprometendo, em última instância, a qualidade democrática da informação.

Neste enquadramento, o jornalismo comunitário tem sido apontado como alternativa viável. Ramos e Torre (2023) sublinham o papel destes meios na produção de notícias fiáveis e contextualizadas, ajustadas às necessidades das comunidades. Este modelo, enquanto iniciativa da própria comunidade e sem fins lucrativos, reaproxima o jornalismo dos cidadãos, reforçando simultaneamente a coesão social e a vitalidade democrática. A sua sustentabilidade passa frequentemente por doações ou por iniciativas de financiamento coletivo, revelando-se uma estratégia económica credível para a revitalização informativa. Ferrier (2023) defende a criação de “oásis de notícias”, enquanto Pickard (2020, citado em Wang, 2023) advoga a pertinência de modelos de financiamento diversificados, que vão do *crowdfunding* ao apoio estatal direto. Complementarmente, Torre et al. (2024) demonstram que, em localidades sem cobertura formal, os cidadãos recorrem sobretudo às redes sociais e a canais institucionais, reforçando a urgência em criar soluções independentes e desinteressadas.

Apesar das potencialidades do digital, os *media* regionais portugueses enfrentam uma transição tecnológica lenta e insuficiente (Jerónimo, 2015; Noronha & Di Fátima, 2023), agravada pela escassez de recursos financeiros e humanos, bem como pela precariedade das infraestruturas de internet em muitas regiões do interior. Estudos recentes apontam ainda para uma desconexão entre jornais locais e a geração digital (Ricarte & Ramos, 2023), evidenciando que a persistência em modelos de negócio tradicionais, desajustados face às novas práticas de consumo e à redistribuição das receitas publicitárias, constitui um fator de desertificação. A nível internacional, Wang (2023) regista um declínio consistente da circulação de jornais nos Estados Unidos entre 2018 e 2022, sublinhando a urgência da inovação empresarial e da expansão do acesso à banda larga.

Importa, contudo, sublinhar que a mera presença de jornalistas num território não garante, por si só, o envolvimento da comunidade. Mota (2023) destaca a necessidade de repensar valores-notícia tradicionais, de modo a aproximar o jornalismo das expectativas do público. Experiências como o jornalismo público, nos anos 1990, ou o jornalismo participativo, nas primeiras décadas do século XXI, já procuraram reforçar essa proximidade. Mais recentemente, o jornalismo dialógico (Heikka, 2017) tem defendido a integração do processo jornalístico em iniciativas comunitárias

com poder de decisão partilhado, em que o jornalismo é apenas um dos elementos da rede. Em linha com esta perspetiva, Vogler, Weston e Udris (2023) demonstram que a centralização das redações pode comprometer a diversidade geográfica do conteúdo, originando processos de desertificação informativa mesmo em contextos com presença mediática formal.

Neste cenário de transformações estruturais e desafios persistentes, o presente estudo propõe-se não apenas atualizar o mapeamento dos desertos de notícias em Portugal, mas também aprofundar a análise das suas implicações para a cidadania informativa, a democracia e a coesão social. É relevante notar que uma investigação recente (Ramos, Torre & Jerónimo, 2023) não encontrou correlação entre a existência de desertos de notícias e as taxas de abstenção em eleições nacionais — legislativas em Portugal e presidenciais no Brasil — em 2022. Este resultado sugere que outras variáveis poderão estar a influenciar o comportamento eleitoral e que a relação entre a presença de *media* locais e o fortalecimento da democracia é mais complexa do que inicialmente se assumia. Para além disso, as metodologias de mapeamento variam entre países, como no caso de Portugal (baseado em registos oficiais da ERC) e do Brasil (assente em levantamento empírico), o que dificulta comparações diretas. Ao integrar estas perspetivas académicas e empíricas recentes, o presente relatório pretende constituir-se como instrumento de apoio à formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de práticas profissionais, contribuindo para o fortalecimento da esfera pública e para a revitalização do jornalismo de proximidade.

Desertos de notícias pelo mundo

Este capítulo visa fornecer uma perspetiva atualizada sobre a situação dos desertos de notícias no Brasil, nos Estados Unidos da América (EUA) e, de forma inédita e comparativa, na Europa, tendo por base os estudos mais recentes.

BRASIL: A SITUAÇÃO ATUAL

O país com dados mais recentes, entre aqueles que foram trazidos pelo *Desertos de Notícias 2022: Relatório de Portugal*, é o Brasil, com o *Atlas da Notícia*. Assim, apresentamos um breve olhar comparativo entre 2021 e 2025, neste país.

Em 2021, o *Atlas da Notícia* identificava 2.968 municípios como desertos de notícias, o que correspondia a cerca de 5 em cada 10 municípios brasileiros. Esses desertos afetavam 29,3 milhões de pessoas (13,8% da população). As cidades classificadas como deserto eram tipicamente menores, com uma média de 9,8 mil habitantes.

Já o mapeamento de 2025 (referente a uma população total de 203.062.512 habitantes) mostra que o problema persiste em larga escala:

- Existem 2.504 municípios (45% do total de 5.570 municípios) sem nenhum veículo jornalístico;
- A população total que reside em desertos de notícias é de 20.668.485 habitantes, com uma população média de 5.908 habitantes nesses municípios;
- 1.808 municípios (32,5% do total) são classificados como quase desertos, possuindo apenas 1 ou 2 veículos jornalísticos. Estes municípios abrigam 34.766.346 pessoas;

- Apenas 1.258 municípios (22,6% do total) têm 3 ou mais veículos jornalísticos, abrangendo a maioria da população (147.627.681).

O maior número de municípios classificados como desertos de notícias em 2025 concentra-se nas regiões Nordeste (890 municípios) e Sudeste (830 municípios).

Em termos de meios foram identificados 16.269, dos quais 14.809 encontravam-se ativos. A distribuição por tipologia em 2025 é liderada pelo digital (38,6%), seguido a rádio (33,7%), os veículos impressos (19,3%) e a televisão (8,4%).

O encerramento de meios continua a ser uma preocupação, com 1.460 veículos classificados como não ativos em 2025, o que representa um aumento de 518 veículos em relação a 2023.

EUA: A CRISE APROFUNDADA

O último relatório de Portugal já destacava a grave crise nos EUA: desde 2005, aproximadamente 2.500 jornais tinham fechado portas, e 70 milhões de pessoas viviam num deserto de notícias ou em comunidade em risco. Em 2022, 208 condados não tinham jornal local (6,6%), e 1.630 condados tinham apenas um veículo informativo (51,9%).

A atualização de 2024 (*The State of Local News*) revela um agravamento contínuo:

- Desde 2005, mais de 3.200 jornais impressos fecharam;
- Os jornais continuam a desaparecer a uma taxa de mais de dois por semana – 130 jornais fecharam apenas no último ano;
- Existem 206 condados em todo o país sem qualquer fonte de notícias, um aumento em relação aos 204 do ano anterior;
- 1.561 condados têm apenas uma fonte de notícias;
- Quase 55 milhões de pessoas nos EUA têm acesso limitado ou nulo a notícias locais;
- O relatório identifica 279 condados na lista de vigilância (watch list), em alto risco de perder a sua única fonte de notícias. Estes condados são significativamente mais pobres do que o resto do país.

EUROPA: UMA ANÁLISE HOLÍSTICA

O estudo *Uncovering news deserts in Europe* (2024) traz uma perspetiva inovadora e holística sobre os desertos de notícias nos 27 Estados Membros da União Europeia (EU). Este estudo avalia os riscos para os *media* regionais, locais e comunitários com base em indicadores que incluem o número de meios, condições económicas e políticas, segurança dos jornalistas e inclusão social.

Em contraste com o Brasil e os EUA, o debate sobre desertos de notícias não é amplamente difundido na Europa. Em muitos países, o termo é inexistente (ex: Bulgária) ou limitado a círculos académicos e de *stakeholders* (ex: Portugal, Áustria, Espanha). No entanto, há debates sobre questões relacionadas, como o declínio da notícia local (ex: Chéquia) ou a viabilidade geral dos *media* regionais e locais (ex: Grécia, Itália). Os países onde o debate está mais desenvolvido (como a Suécia) tendem a apresentar melhores resultados na avaliação de risco.

A diversidade europeia é notável, variando desde países maiores geograficamente, como França e Espanha, vulneráveis à desertificação em áreas rurais de baixa densidade populacional, até países mais pequenos (Malta, Luxemburgo), onde o conceito de notícia local se sobrepõe amplamente ao de notícia nacional.

Riscos geográficos e estruturais

1. Granularidade das infraestruturas dos *media* regionais e locais

- A situação nas áreas rurais é cada vez mais problemática (risco médio agregado). O desafio é exacerbado pela distribuição da imprensa, pela baixa literacia digital da população idosa e pela escassez de conectividade em alguns locais, num contexto de declínio da imprensa local;
- A Roménia apresenta um risco muito alto nas áreas rurais (quase sem meios locais). Bulgária, Chipre, Chéquia, Eslováquia e Eslovénia apresentam alto risco;
- Nas áreas suburbanas, a oferta de informação é problemática (risco médio). Os meios de comunicação tendem a não cobrir eventos específicos dessas áreas ou, em áreas desfavorecidas, focam-se de forma caricatural em notícias de crime (ex: França e Irlanda).

O papel dos *media* de serviço público

- A cobertura regional e local dos *media* de serviço público (MSP) é crucial e, agregadamente, apresenta baixo risco;
- Contudo, cinco países (Chéquia, Grécia, Hungria, Irlanda e Letónia) pontuaram alto risco para a MSP. O caso da Hungria é proeminente: os estúdios regionais da MSP foram completamente desmantelados entre 2011 e 2015, e a rede de correspondentes é insuficiente.

Mercado e alcance

- Este indicador obteve risco alto na Bulgária, Chipre, Chéquia, Polónia e Eslovénia;
- A crise da transformação digital afeta os *media* regionais e locais devido ao fato de apresentarem recursos limitados para adaptação e um mercado inferior.

Independência editorial

- A independência editorial é um risco alto, especialmente na Europa Central e Oriental (CEE) e Sudeste Europeu (SEE);
- A interferência política e económica é evidente. Por exemplo, na Hungria, os jornais regionais que fazem parte da KESMA (conglomerado pró-governo) têm financiamento garantido através de publicidade pública substancial, o que enfraquece as vozes independentes. Na Croácia, os programas de subsídios estatais funcionam como publicidade estatal oculta. Na Polónia e em Malta, a situação da MSP também reflete a captura política.

Inclusão social

Na Europa em geral, a maioria dos países pontuou risco médio ou alto para a representação de minorias. Os países nórdicos (Finlândia e Suécia), com forte regulação da MSP, apresentam níveis satisfatórios de programas em línguas minoritárias.

Iniciativas inovadoras para combater a desertificação e promover a esfera pública aberta são limitadas, embora existam exemplos, como o movimento *Nyomtassteis*, na Hungria, que distribui resumos de notícias impressas para áreas rurais sem acesso à internet, combatendo a propaganda governamental.

Metodologia

O mapeamento dos desertos de notícias em Portugal teve início em setembro de 2020 (Ramos, 2021), tendo sido alvo de uma atualização no ano seguinte. Contudo, foi em 2022 que este relatório ganhou a sua primeira edição (Jerónimo et al., 2022).

Na primeira edição foram utilizados os dados da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação, relativos a 31 de maio de 2022. Nesta fase, foram considerados dois leques de dados: a lista de publicações periódicas, impressas e digitais, e a lista de operadores de rádio.

A metodologia utilizada na edição de 2022 do relatório de Desertos de Notícias repete-se na edição de 2025. Assim, os dados reportam-se a 1 de fevereiro de 2025 (primeira fase), com uma atualização a 1 de junho de 2025, a partir de duas tabelas fornecidas pela ERC: Publicações Periódicas (para jornais impressos e digitais) e Operadores de Rádio. A legislação portuguesa não permite a existência de televisões locais. Neste caso, o único canal televisivo de carácter regional presente nas televisões por assinatura é o Porto Canal, com sede no concelho do Porto, que atua igualmente como publicação digital.

Da lista de Publicações Periódicas foram excluídas da análise:

- Publicações não classificadas como regionais;
- Publicações de propriedade de agentes públicos, como Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia;
- Publicações não jornalísticas, como revistas científicas e revistas de entidades de classe e de promoção turística;
- Publicações especializadas cujo conteúdo não era “regionalizado”, apesar de estarem classificadas como regionais;
- Publicações de conteúdo doutrinário, também classificadas como regionais.

Na tabela de operadores de rádio, foram excluídos:

- Operadores de rádios exclusivamente musicais ou doutrinárias, considerando-se apenas as rádios generalistas locais;
- Operadores de rádios não classificados como locais;
- Operadores transmissores de conteúdo nacional ou não regionalizado, apesar de estarem classificados como locais;
- Operadores de rádios especializadas (por exemplo, rádios dedicadas ao desporto).

Criou-se uma terceira tabela, com os nomes de todos os concelhos portugueses, distrito, região (NUTS III) e o total de:

- Jornais impressos (diários até quinzenários);
- Jornais impressos (trissemanários ou com periodicidade superior);
- Total de jornais impressos;
- Jornais digitais;
- Rádios locais;
- Rádios sem redação local (casos especiais em que a cobertura noticiosa é considerada insuficiente);
- Total de *media* locais;
- Total de *media* locais excluindo impressos trissemanários ou com periodicidade superior e rádios sem redação local.

Procurou-se, ainda, entender se nos concelhos com apenas um ou dois *media*, estes estavam, de facto, a operar. O período de análise compreendeu o intervalo entre 1 de março e 30 de abril de 2025 na primeira fase e de 1 de julho a 15 de agosto de 2025, na segunda fase, sendo que os dados apresentados no presente relatório reportam-se apenas a esta última.

No caso dos jornais, a verificação realizou-se a partir do acesso aos *sites* de cada publicação e, em alguns casos, às suas redes sociais digitais (em especial, o *Facebook*) e através de contactos telefónicos para as redações. Em cada caso, verificou-se: a) o estatuto editorial da publicação; b) se a publicação continuava a existir; c) a frequência das atualizações das publicações.

Para os impressos, foi considerada cobertura noticiosa satisfatória quando se contactava a existência de diários, semanários e quinzenários; nos meios digitais, consideraram-se meios com atualização diária ou, no máximo, semanal. Descartaram-se meios digitais sem atualizações há mais de 90 dias.

Compreendeu-se que, face às transformações provocadas pela revolução nas tecnologias de informação e comunicação, as publicações com periodicidade superior à quinzenal são insuficientes ou insatisfatórias. Mesmo em concelhos pequenos em termos populacionais, entende-se ser necessária a produção de notícias, pelo menos, a cada 15 dias.

Destaca-se, ainda, que os jornais mensais com periodicidade diária ou semanal na *internet* foram incluídos como publicações digitais regulares e satisfatórias. Nestes casos, não se constitui um deserto de notícias.

Ressalva-se que a metodologia não incluiu uma aferição sobre se o conteúdo noticioso é ou não produzido por jornalistas com cédula profissional. Também não se analisaram as características das notícias publicadas: não existiu confirmação de se as notícias se tratam de produções originais ou se se tratam de uma mobilização direta de conteúdos de outros meios ou entidades (com ou sem alterações).

No caso das rádios, devido a uma maior dificuldade em aferir que conteúdos são veiculados, empregaram-se três etapas de verificação. Considerou-se que as rádios estão ligadas ao concelho para o qual estão licenciadas, o que nem sempre corresponde à sua sede. Em seguida, observou-se: a) se o *site* existe; b) se o *site* tem noticiário local atualizado; c) se o estatuto editorial da rádio menciona ter jornalistas ou noticiário local.

Para as rádios que não tinham *site* funcional, verificou-se a existência de redes sociais digitais, em especial *Facebook*, onde se averiguaram os mesmos parâmetros. Em última instância, no período entre março e abril de 2025, uma equipa com doutorandas voluntárias auxiliou, também, na verificação das rádios locais, contactando-as e ouvindo-as.

Consideraram-se como tendo cobertura noticiosa satisfatória os concelhos que têm rádios com jornalistas profissionais localizados no concelho (ou em concelho limítrofe) e com noticiário local. Após análise, identificaram-se algumas situações que resultaram no enquadramento do concelho como tendo noticiário menos frequente ou insatisfatório. São elas:

- a) rádios com jornalistas fora do concelho, com estúdios/redação em concelho não limítrofe;
- b) rádios com um mesmo jornalista a cobrir diversos concelhos e a responsabilizar-se por mais do que uma rádio em simultâneo;

- c) rádios com o mesmo jornalista designado para cobrir diversos concelhos localizados em ilhas diferentes (caso especial dos Açores);
- d) rádios que têm produção de notícias realizada por agência externa;
- e) rádios sem jornalistas no período em análise.

Mais uma vez, no caso das rádios, a metodologia não incluiu uma aferição nas redações sobre se o conteúdo noticioso é produzido por jornalistas com cédula profissional, nem uma análise das características das notícias publicadas. Com base nas respostas, os dados foram atualizados, dando origem a um conjunto de mapas.

CLASSIFICAÇÕES:

Assim como em 2022, a classificação dos desertos de notícias de Portugal foi desenvolvida a partir das metodologias utilizadas pelo Atlas da Notícia do Brasil (2022) e dos relatórios *Expanding News Desert dos EUA* (Abernathy, 2020) e *The State of Local News 2022* (Abernathy, 2022). Considera-se:

Deserto de Notícias. Concelho português sem noticiário local. Rádios sem noticiário local e jornais doutrinários sem notícias locais não foram considerados. Publicações impressas e digitais sem registo na ERC também estão excluídas. Concelhos com apenas um meio de comunicação especializado também foram considerados como deserto.

Semi-deserto. Concelho português com noticiários não frequentes ou ocasionais, por se enquadrar numa das seguintes situações: a) único meio é um jornal de periodicidade superior a quinzenal; b) único meio é uma rádio localizada no concelho, mas sem nenhum jornalista nesse território (redação localizada num concelho não limítrofe).

Ameaçado. Concelho português com um único meio que produz noticiário local regular.

Fora do deserto. Concelho com dois ou mais meios que produzem noticiário local regular.

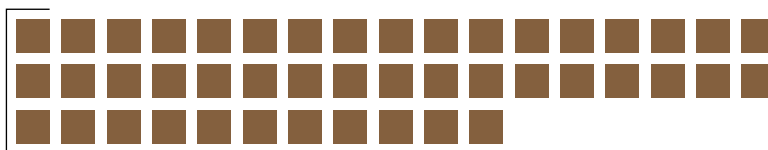
Mapas dos Desertos de Notícias

PORTUGAL

Desertos de Notícias 2025

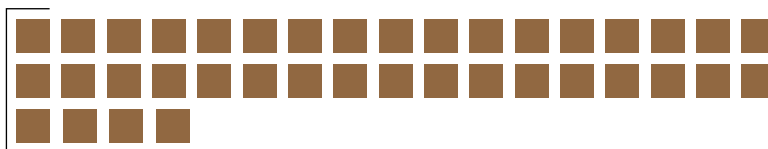
45

Concelhos em desertos de notícias



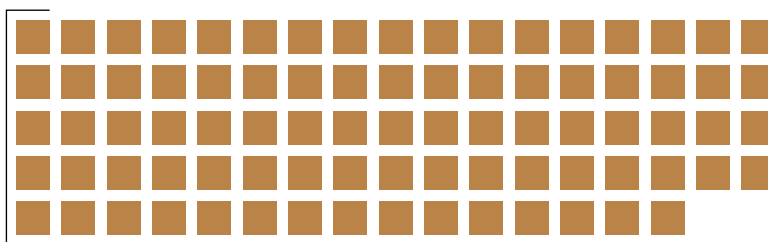
38

Concelhos em semi-deserto



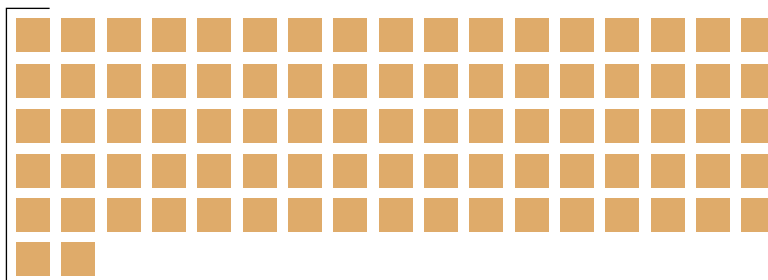
83

Desertos e semi



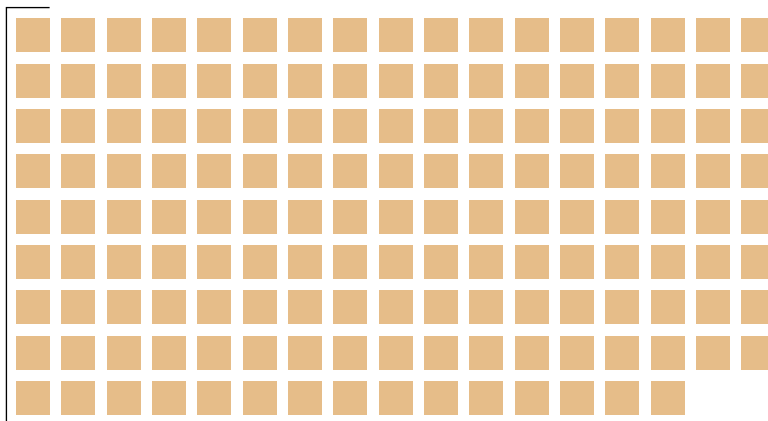
87

Concelhos ameaçados

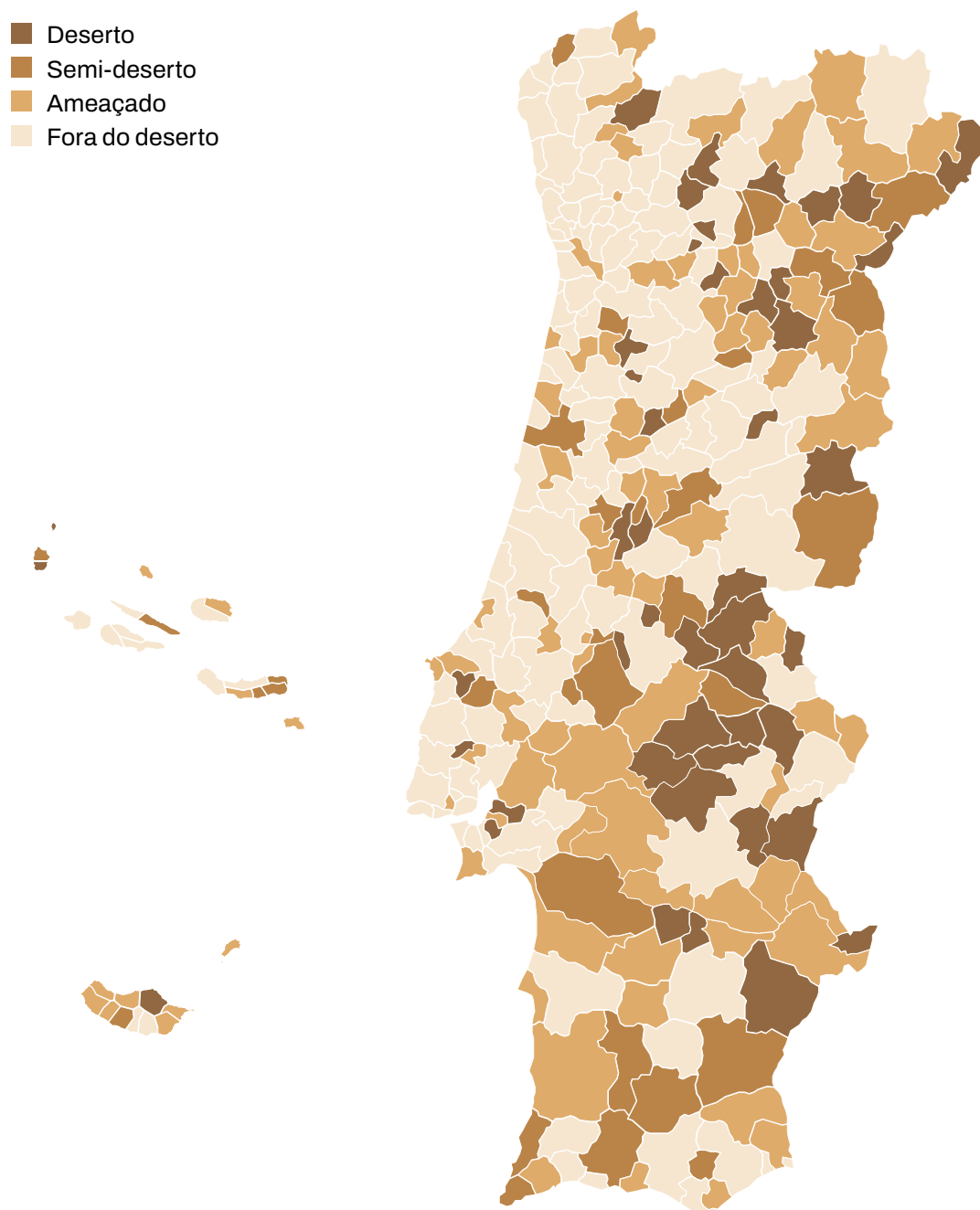


171

Concelhos com algum problema



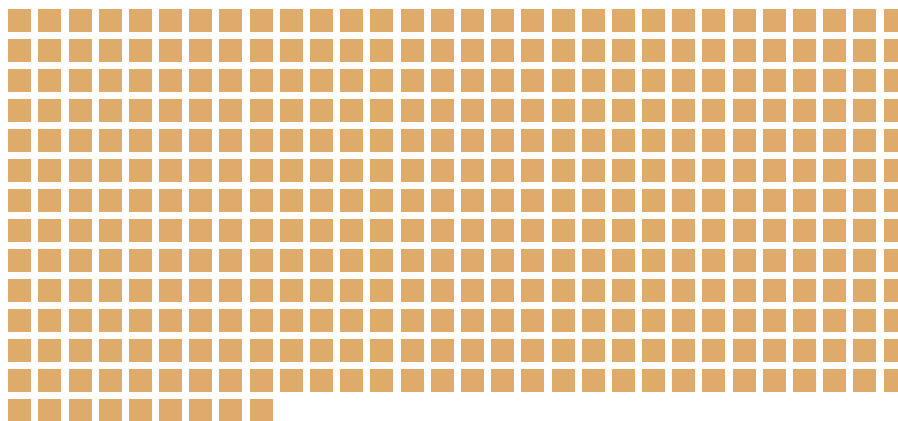
Distribuição por concelhos



Desertos de Notícias 2025

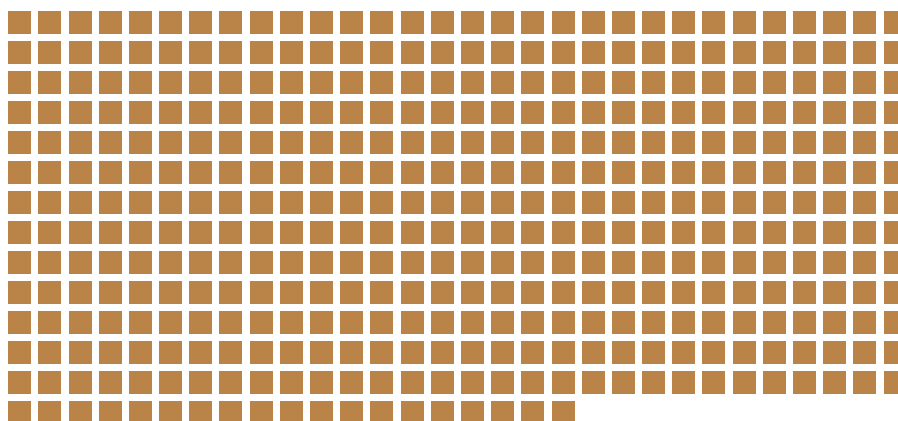
891

Total de *media* locais



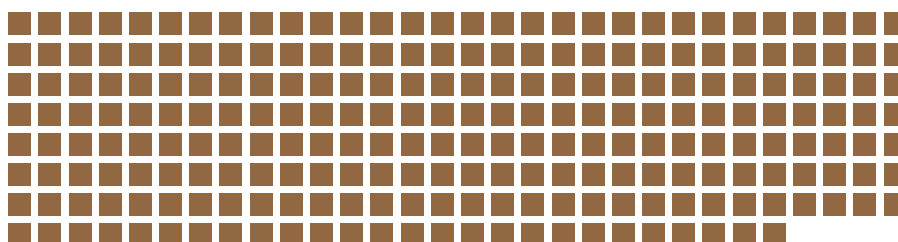
399

Total de jornais impressos



409

Total de jornais digitais



236

Total de rádios



IMPRESSOS



DIGITAIS



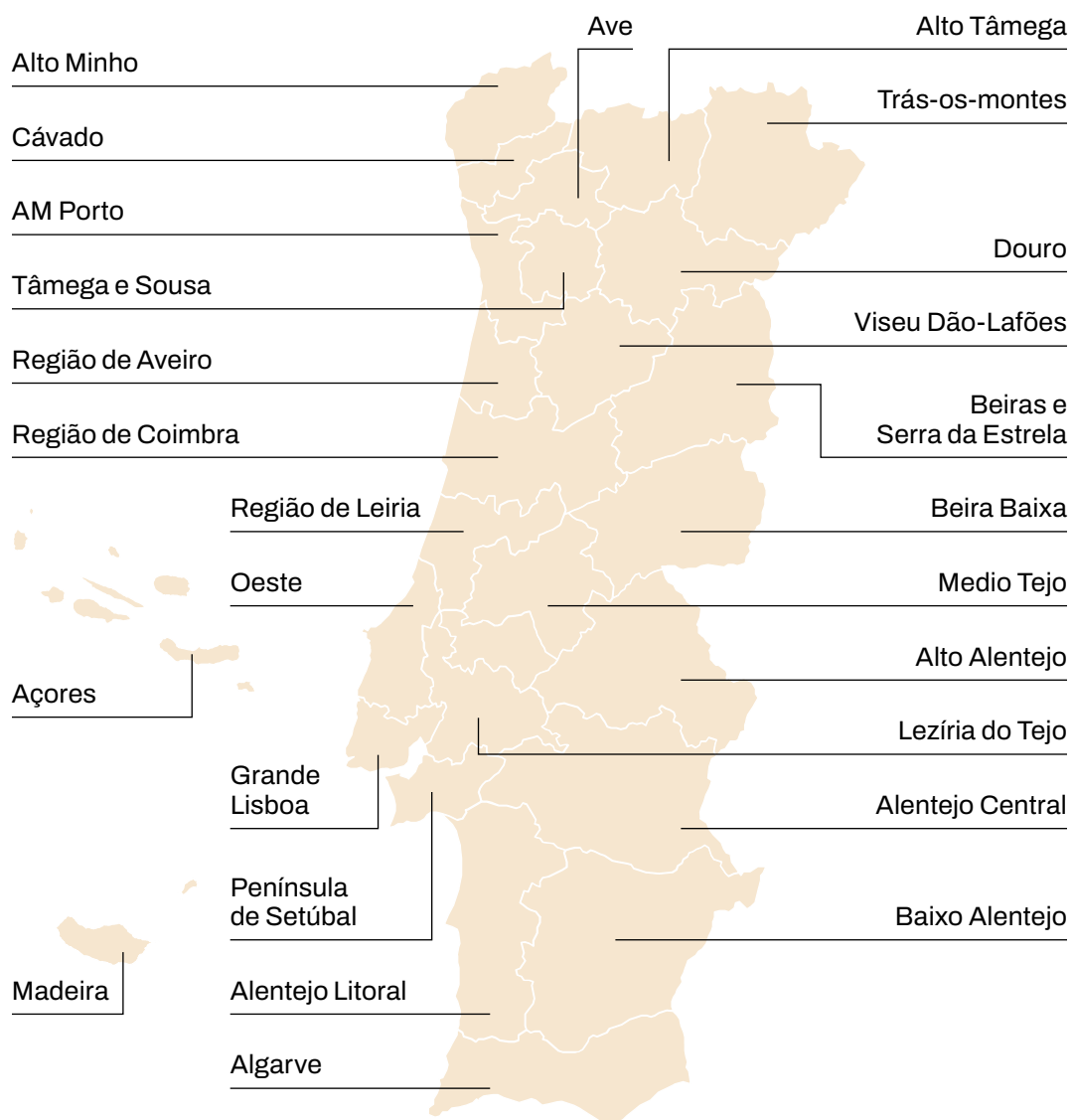
RÁDIOS



Mapas dos Desertos de Notícias

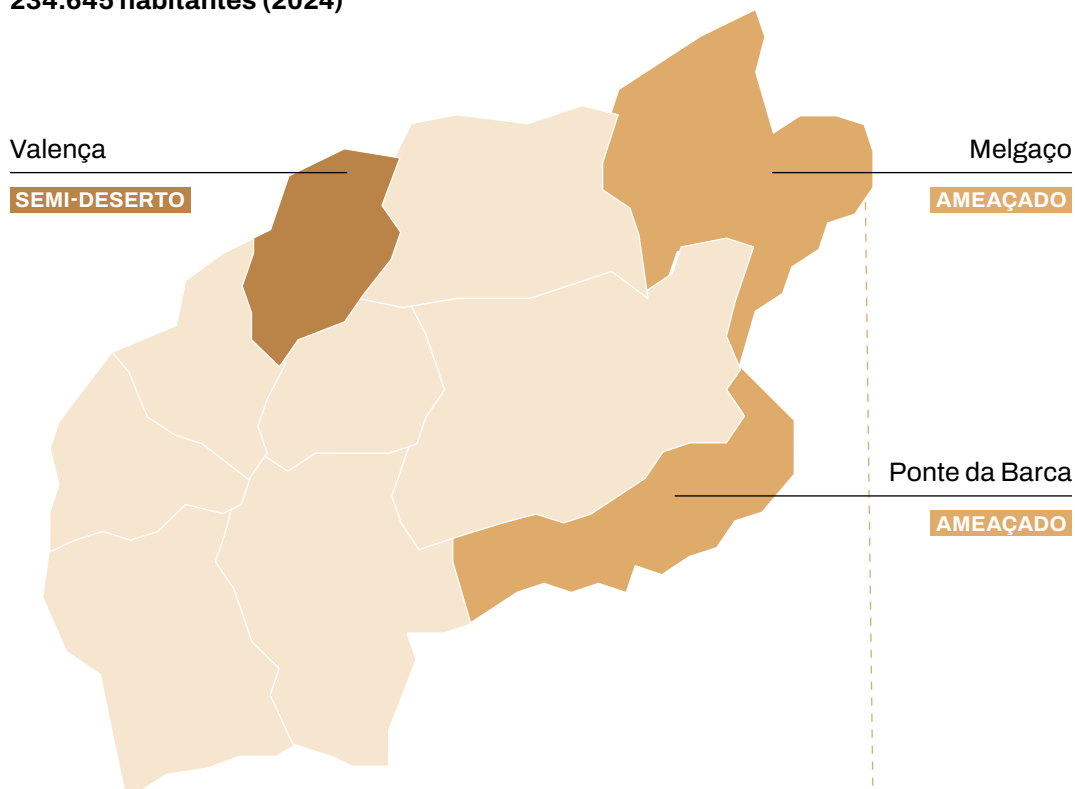
NUTS III

Distribuição Regional



Alto Minho

10 Concelhos
234.645 habitantes (2024)



38
meios de
comunicação

1 meio
para cada
6,17 mil hab

IMPRESSOS

01 Deserto (Valença)
03 Semi (Caminha, Melgaço e Ponte da Barca)

DIGITAIS

04 Desertos (Valença, Monção, Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira)

RÁDIOS

02 Desertos (Melgaço e Paredes de Coura)
01 Semi (Valença)



Cávado

06 concelhos

433.039 habitantes (2024)

Terras de Bouro

DESERTO

Amares

AMEAÇADO

28

meios de
comunicação

1 meio
para cada

15,46 mil hab

IMPRESSOS

01 Deserto (Terras de Bouro)

01 Semi (Amares)

DIGITAIS

01 Deserto

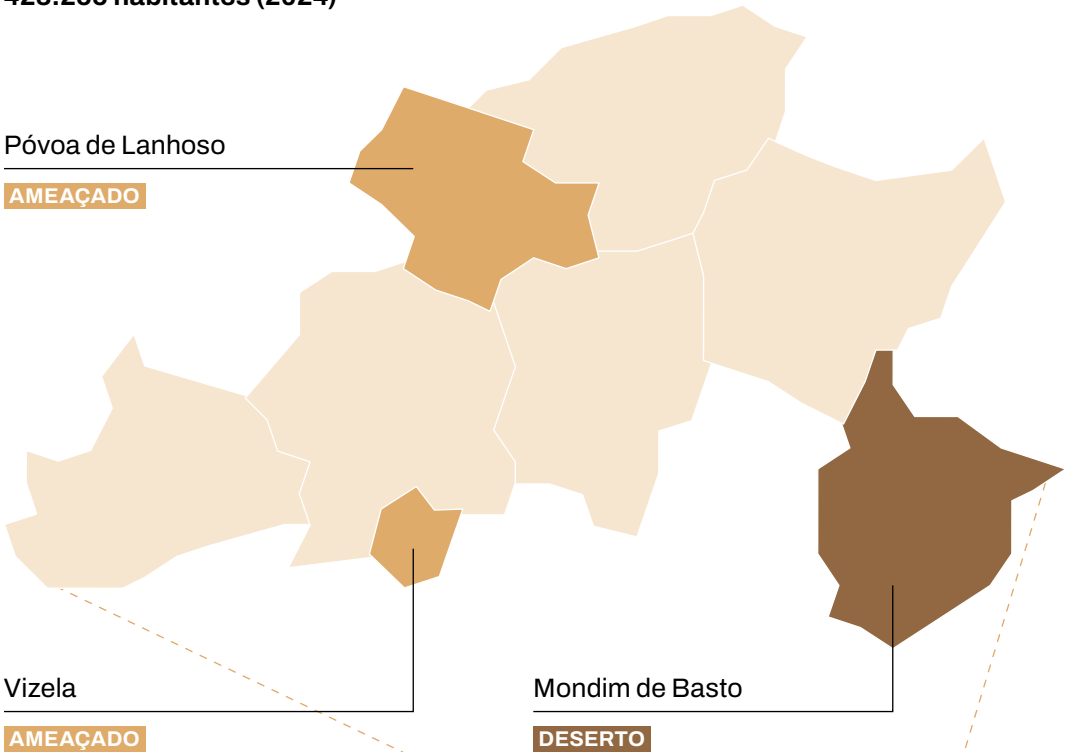
(Terras de Bouro)

RÁDIOS

04 Desertos (Amares, Esposende,
Terras de Bouro e Vila Verde)

Ave

08 concelhos
423.255 habitantes (2024)



39
meios de
comunicação

1 meio
para cada
10,85 mil hab

IMPRESSOS

01 Deserto
(Mondim de Basto)

DIGITAIS

03 Desertos (Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Mondim de Basto)

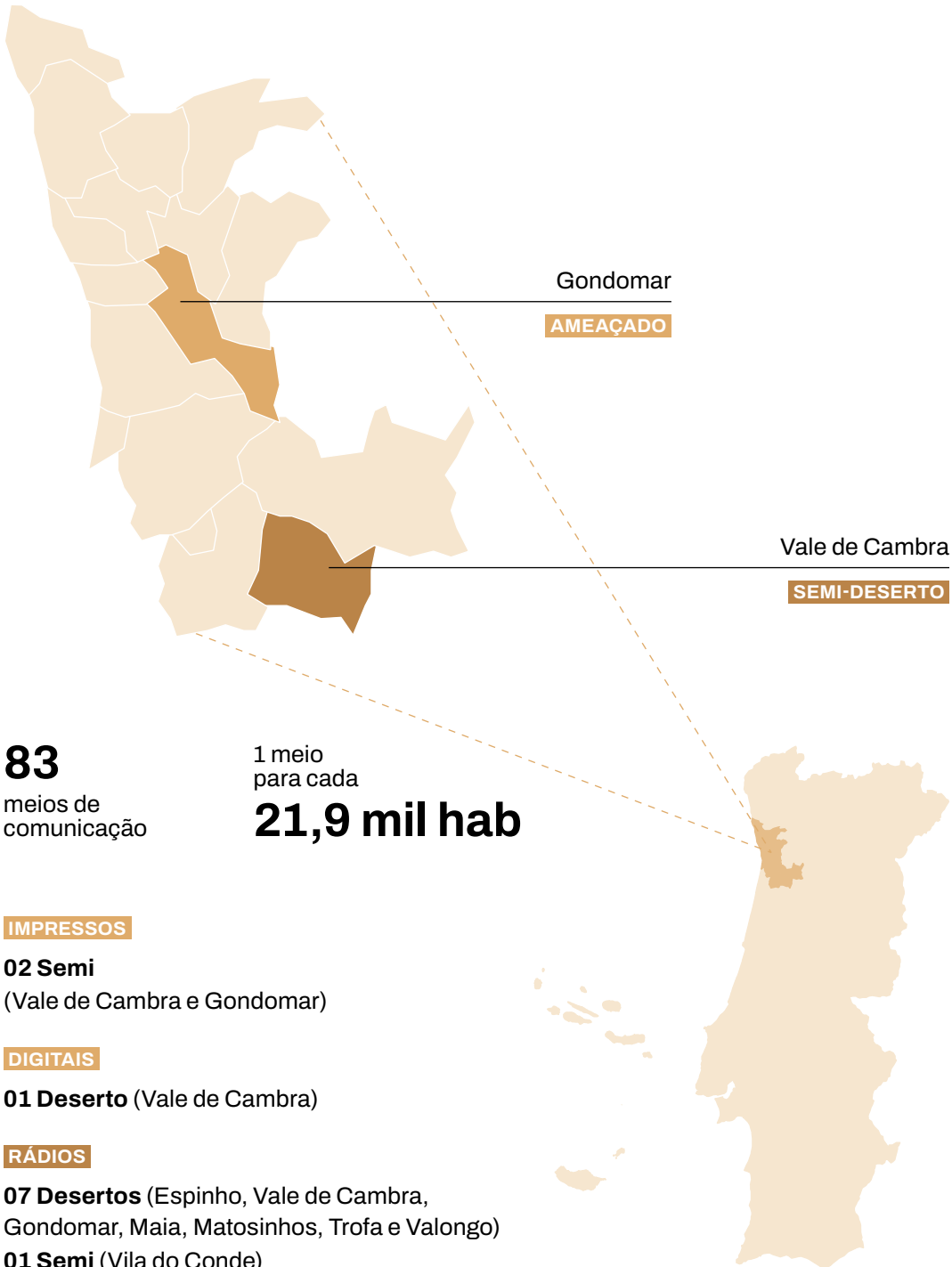
RÁDIOS

04 Desertos (Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vizela e Mondim de Basto)



AM Porto

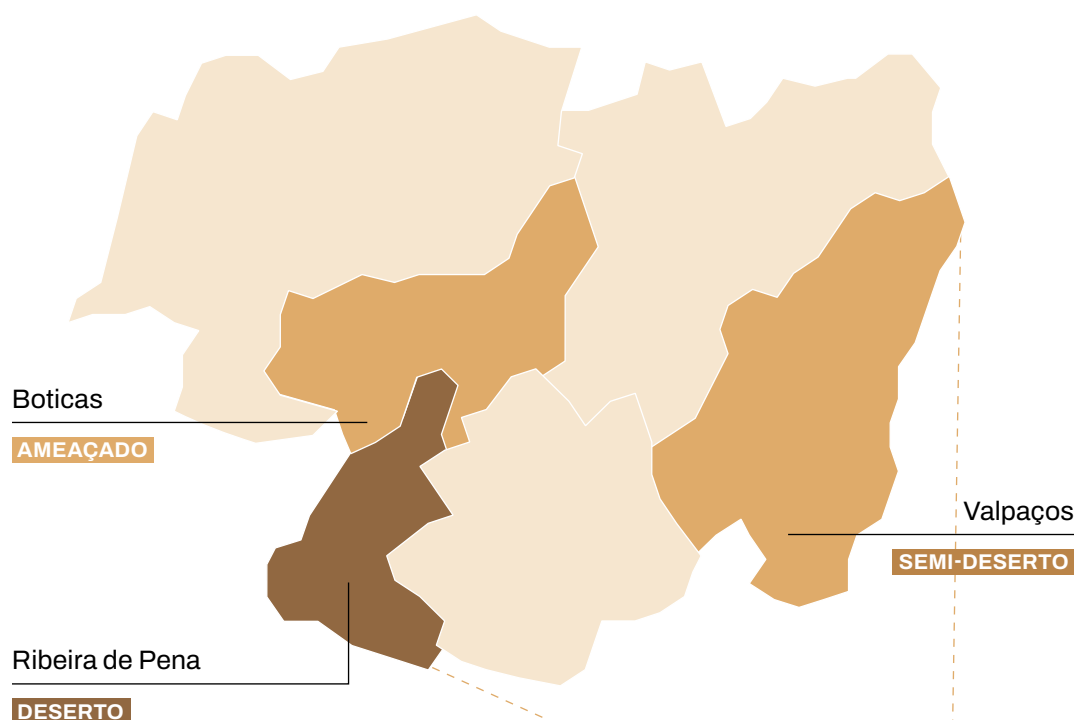
17 concelhos
1.818.217 habitantes (2024)



Alto Tâmega

06 concelhos

78.445 habitantes (2024)



15
meios de
comunicação

1 meio
para cada
5,22 mil hab

IMPRESSOS

01 Deserto (Ribeira de Pena)

02 Semi (Boticas e Valpaços)

DIGITAIS

04 Desertos (Boticas, Ribeira de Pena,
Valpaços e Vila Pouca de Aguiar)

RÁDIOS

01 Deserto (Ribeira de Pena)

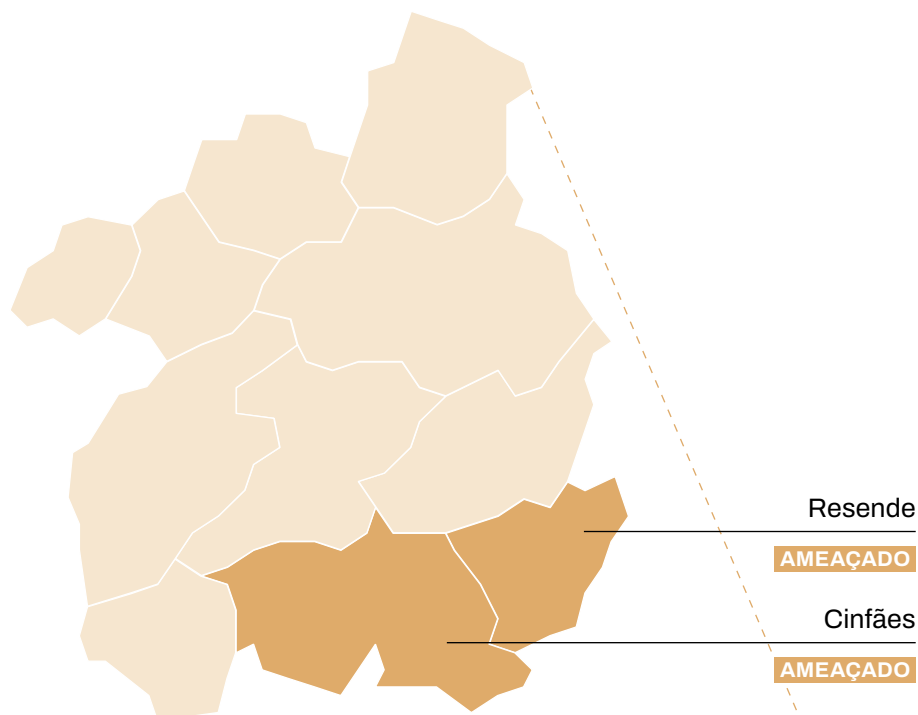
01 Semi (Valpaços)



Tâmega e Sousa

11 concelhos

409.078 habitantes (2024)



40

meios de
comunicação

1 meio
para cada

10,22 mil hab

IMPRESSOS

02 Deserto (Castelo de Paiva e Resende)

02 Semi (Cinfães e Amarante)

DIGITAIS

03 Desertos (Penafiel,
Cinfães e Resende)

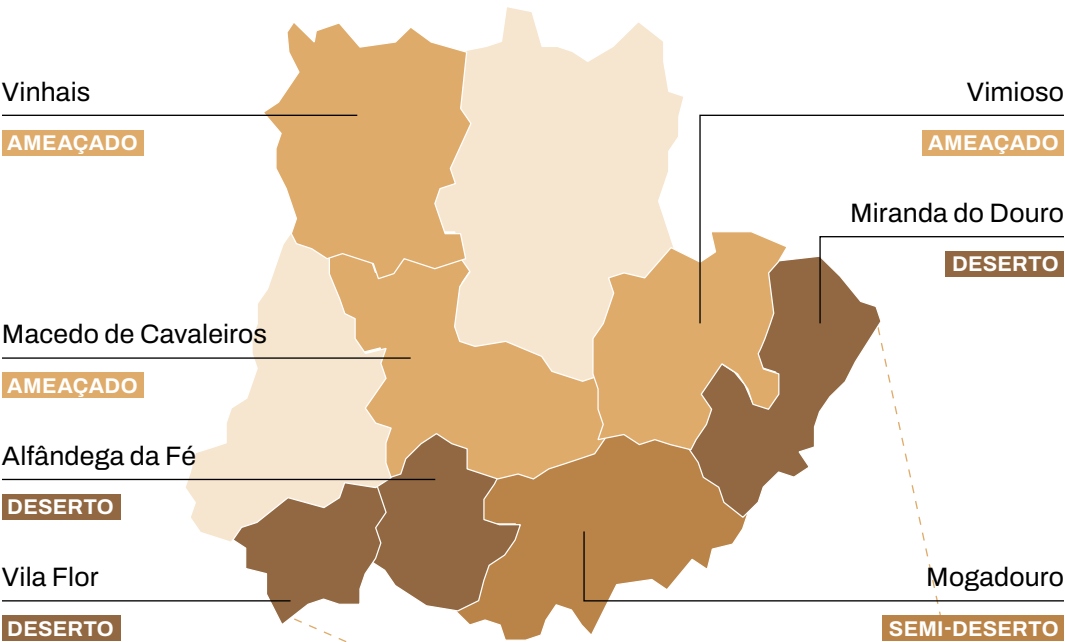
RÁDIOS

01 Deserto (Baião)



Trás-os-montes

09 concelhos
107.296 habitantes (2024)



15
meios de
comunicação

1 meio
para cada
7,15 mil hab

IMPRESSOS

05 Desertos (Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Vimioso, Vila Flor e Vinhais)
03 Semi (Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Mogadouro)

DIGITAIS

05 Desertos (Vila Flor, Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Mogadouro e Vinhais)
01 Semi (Macedo de Cavaleiros)

RÁDIOS

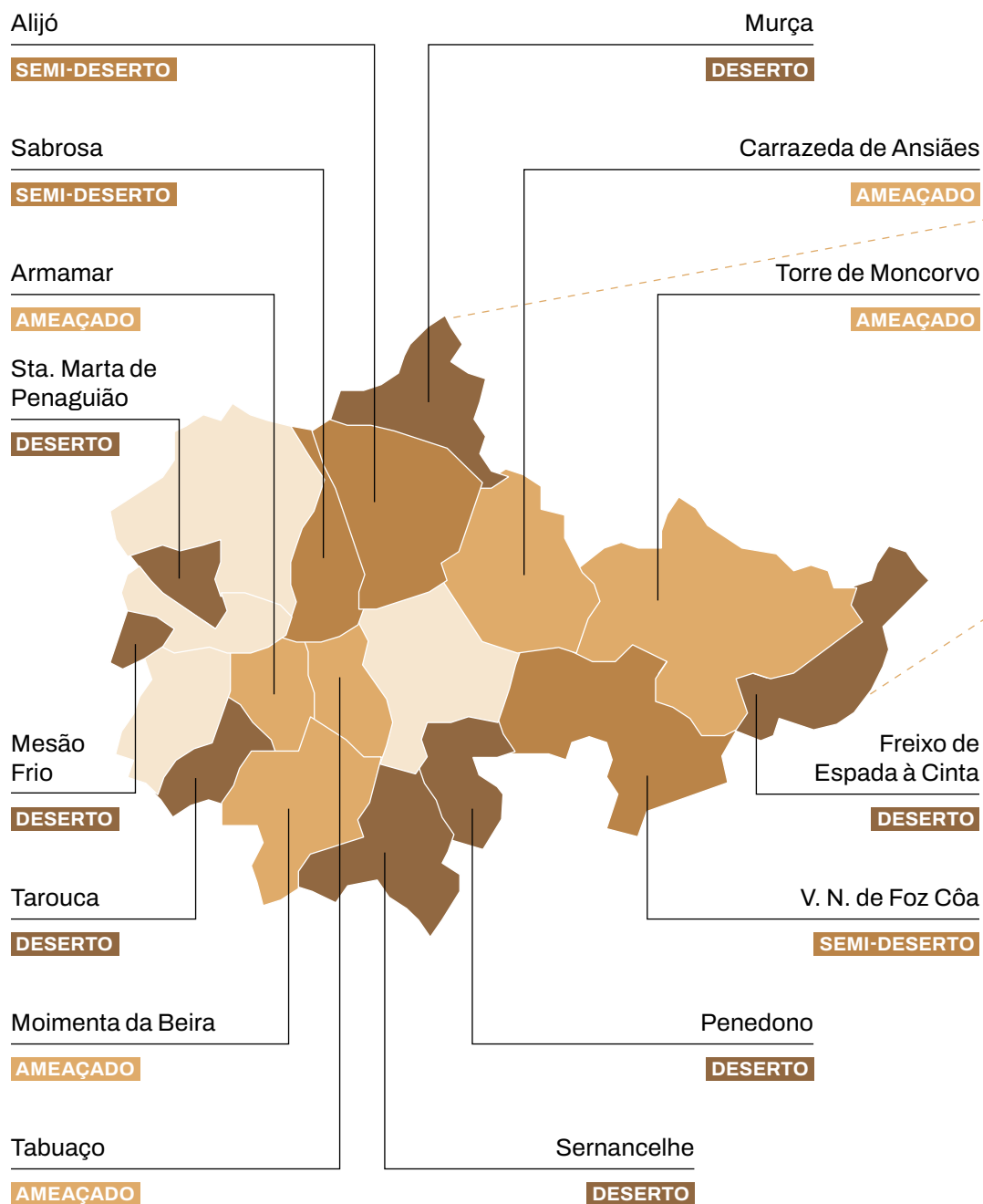
04 Desertos (Vila Flor, Alfândega da Fé, Miranda do Douro e Mogadouro)
01 Semi (Vimioso)

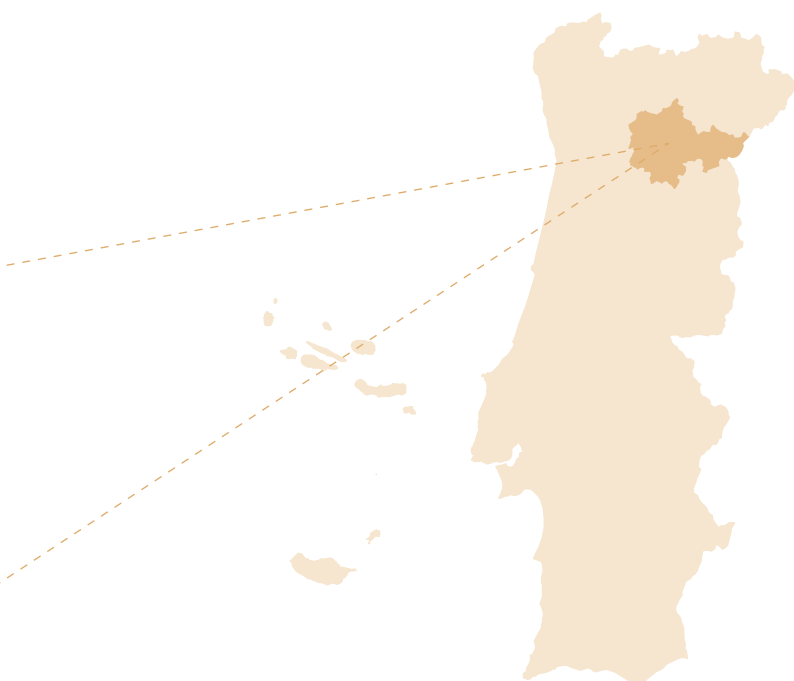


Douro

19 concelhos

183.867 habitantes (2024)





21
meios de
comunicação

1 meio
para cada
8,7 mil hab

IMPRESSOS

12 Desertos (Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Alijó, Mesão Frio, Murça, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Armamar, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca)

04 Semi (Carrazeda de Ansiães, Moimenta da Beira, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa)

DIGITAIS

16 Desertos (Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Alijó, Mesão Frio, Murça, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca)

RÁDIOS

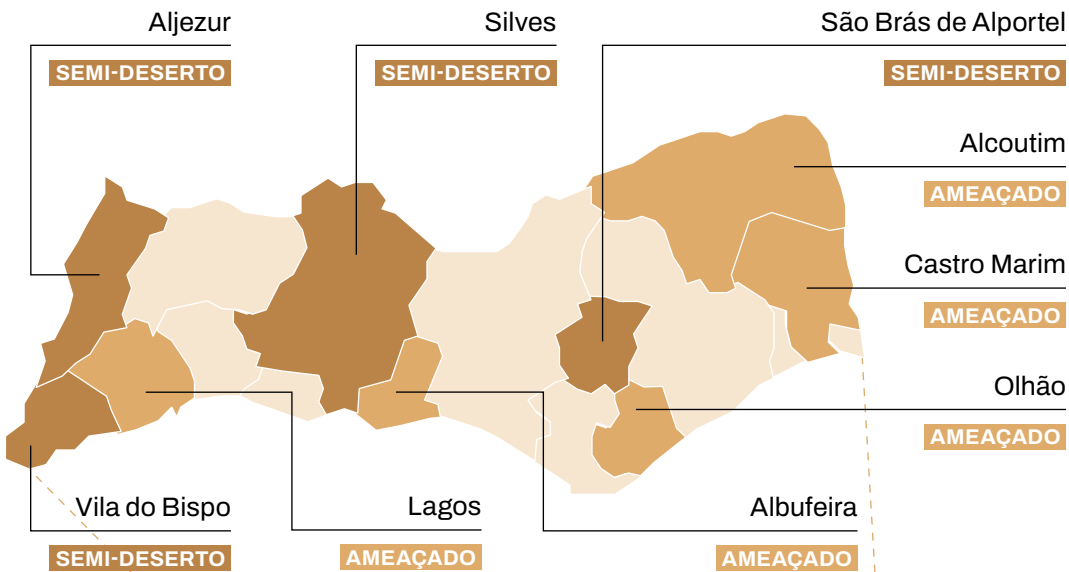
10 Desertos (Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Penedono, Sernancelhe, Tarouca, Carrazeda de Ansiães)

02 Semi (Alijó e Sabrosa)

Algarve

16 concelhos

492.747 habitantes (2024)



50

meios de comunicação

1 meio para cada

9,85 mil hab

IMPRESSOS

06 Deserto (Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Olhão, Portimão e Vila do Bispo)

07 Semi (Faro, Aljezur, Lagos, Monchique, Silves, São Brás de Alportel e Loulé)

DIGITAIS

07 Desertos (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, São Brás de Alportel, Silves e Vila do Bispo)

RÁDIOS

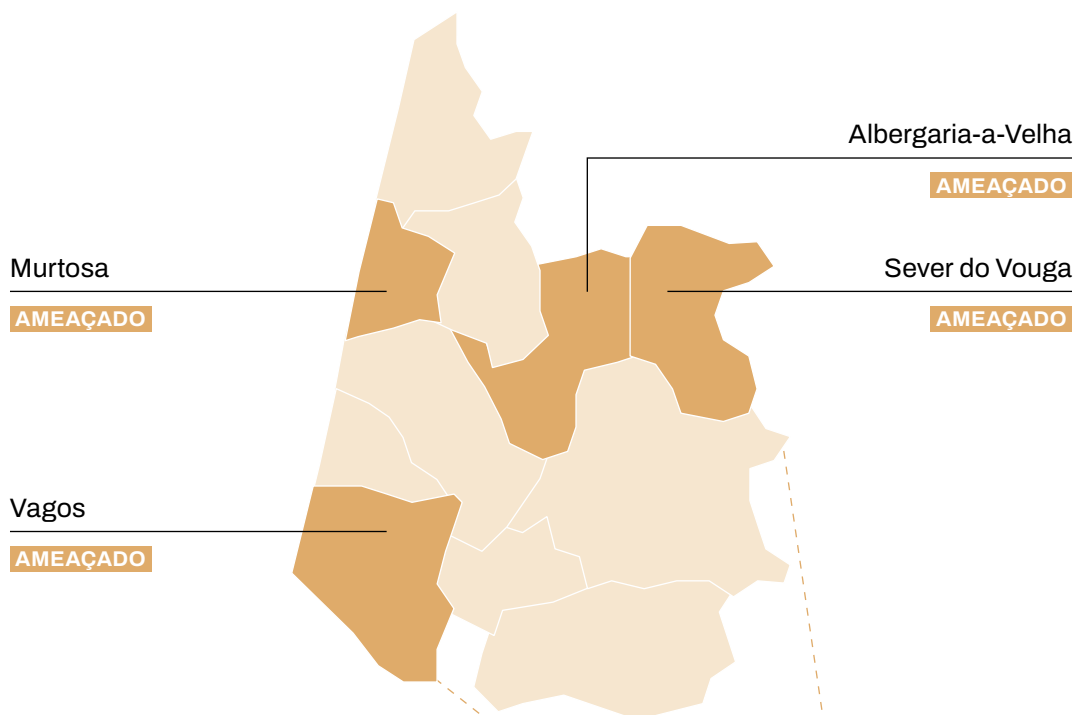
05 Desertos (Aljezur, Lagos, Olhão, São Brás de Alportel e Silves)

03 Semi (Vila do Bispo)



Região de Aveiro

11 concelhos
392.257 habitantes (2024)



55
meios de
comunicação

1 meio
para cada
7,13 mil hab

IMPRESSOS

03 Semi
(Anadia, Murtosa e Vagos)

DIGITAIS

04 Desertos
(Estarreja, Murtosa, Sever do Vouga e Vagos)

RÁDIOS

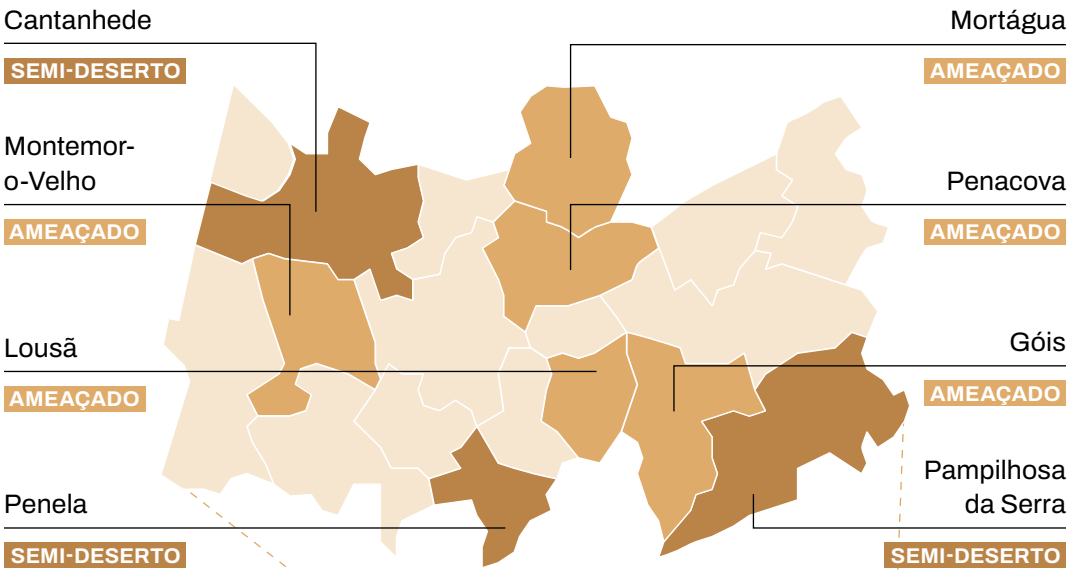
03 Desertos
(Aveiro, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga)



Região de Coimbra

19 concelhos

452.559 habitantes (2024)



43

meios de comunicação

1 meio para cada

10,52 mil hab

IMPRESSOS

05 Deserto (Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares)

03 Semi (Cantanhede, Miranda do Corvo e Figueira da Foz)

DIGITAIS

06 Desertos (Cantanhede, Góis, Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra, Penela e Mortágua)

RÁDIOS

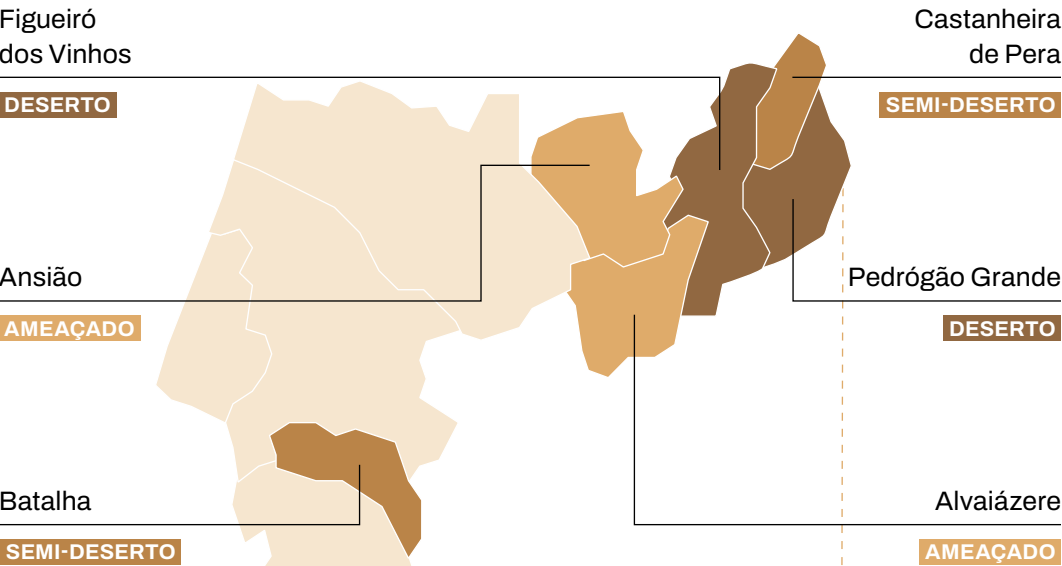
07 Desertos (Cantanhede, Góis, Lousã, Mira, Penacova, Tábua e Mortágua)

02 Semi (Pampilhosa da Serra e Penela)



Região de Leiria

10 concelhos
301.764 habitantes (2024)



29
meios de
comunicação

1 meio
para cada
10,40 mil hab

IMPRESSOS

01 Deserto (Pedrógão Grande)
03 Semi (Alvaiázere, Castanheira de Pera e Ansião)

DIGITAIS

03 Deserto (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande)
02 Semi (Alvaiázere e Ansião)

RÁDIOS

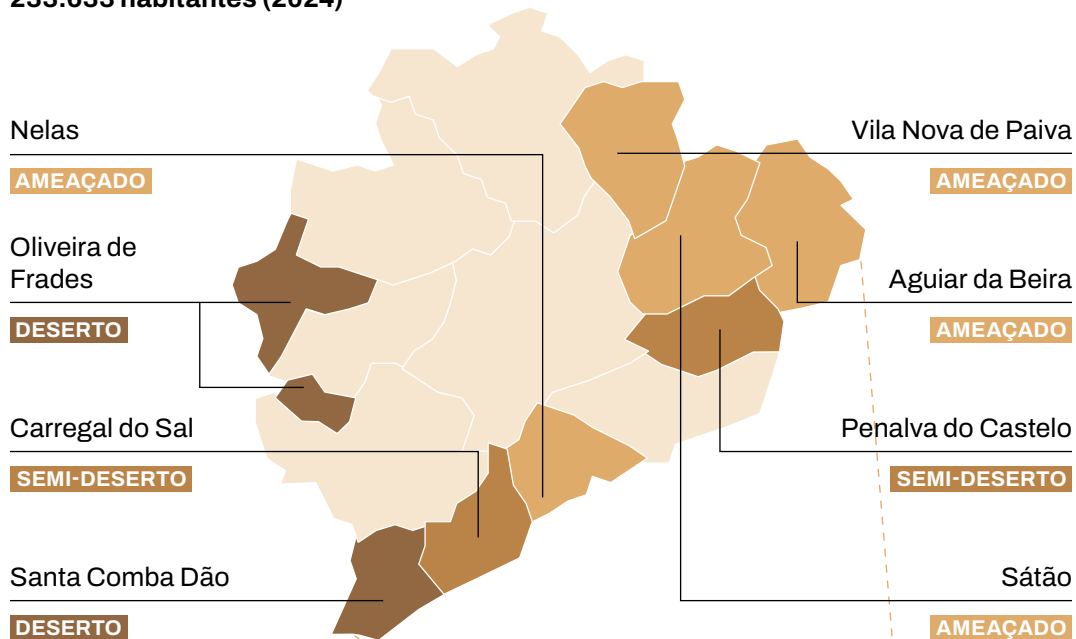
03 Desertos (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande)



Viseu Dão-Lafões

13 concelhos

233.633 habitantes (2024)



36

meios de comunicação

1 meio
para cada

6,48 mil hab

IMPRESSOS

03 Desertos (Carregal do Sal, Oliveira de Frades e Santa Comba Dão)

05 Semi (Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira)

DIGITAIS

10 Deserto (Carregal do Sal, Castro Daire, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira e São Pedro do Sul)

01 Semi (Tondela)

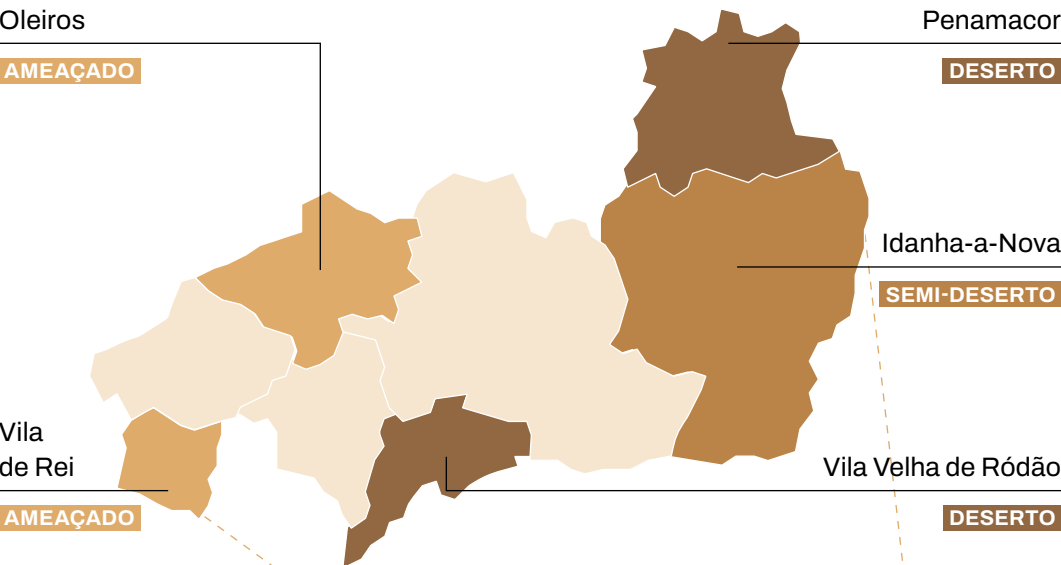
RÁDIOS

05 Desertos (Aguiar da Beira, Mangualde, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo e Santa Comba Dão)

01 Semi (Carregal do Sal)

Beira Baixa

08 concelhos
100.733 habitantes (2024)



19
meios de
comunicação

1 meio
para cada
5,30 mil hab

IMPRESSOS

03 Desertos (Penamacor, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão)

03 Semi (Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e Oleiros)

DIGITAIS

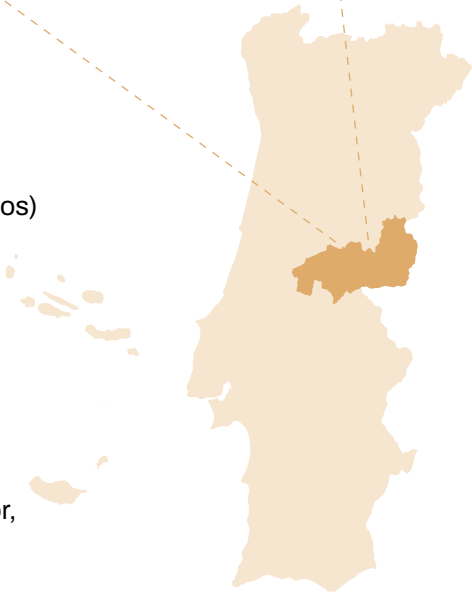
04 Desertos (Idanha-a-Nova, Penamacor, Sertã e Vila Velha de Ródão)

01 Semi (Vila de Rei)

RÁDIOS

06 Desertos (Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Sertã)

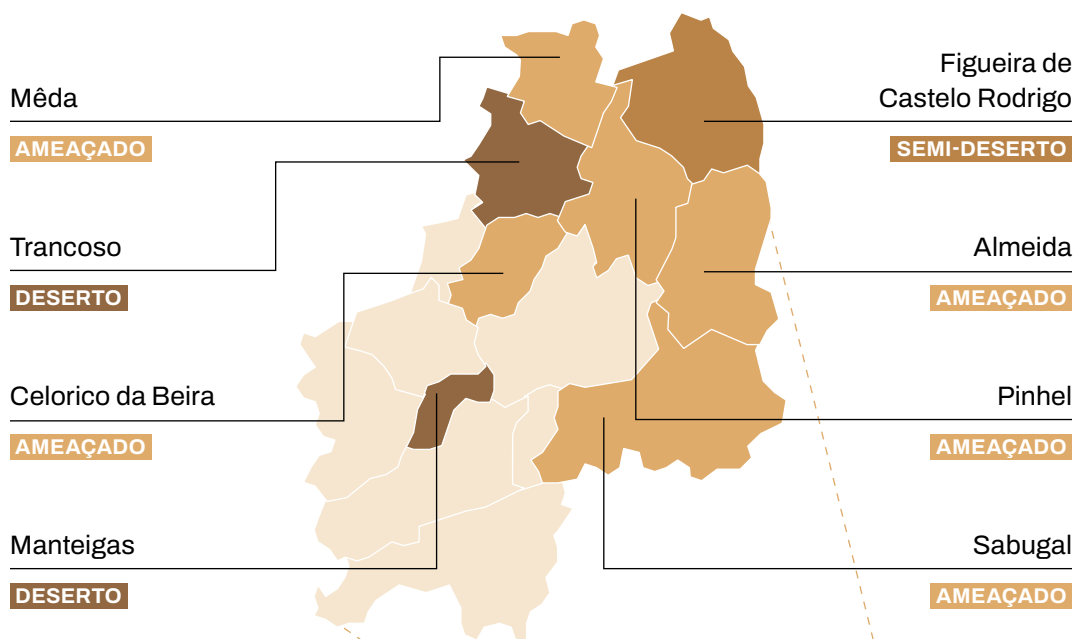
01 Semi (Vila de Rei)



Beiras e Serra da Estrela

16 concelhos

236.614 habitantes (2024)



39

meios de comunicação

1 meio para cada

6,06 mil hab

IMPRESSOS

05 Deserto (Celorico da Beira, Manteigas, Mêda, Pinhel e Trancoso)

05 Semi (Almeida, Sabugal, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo e Seia)

DIGITAIS

06 Desertos (Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Mêda, Pinhel e Trancoso)

01 Semi (Gouveia)

RÁDIOS

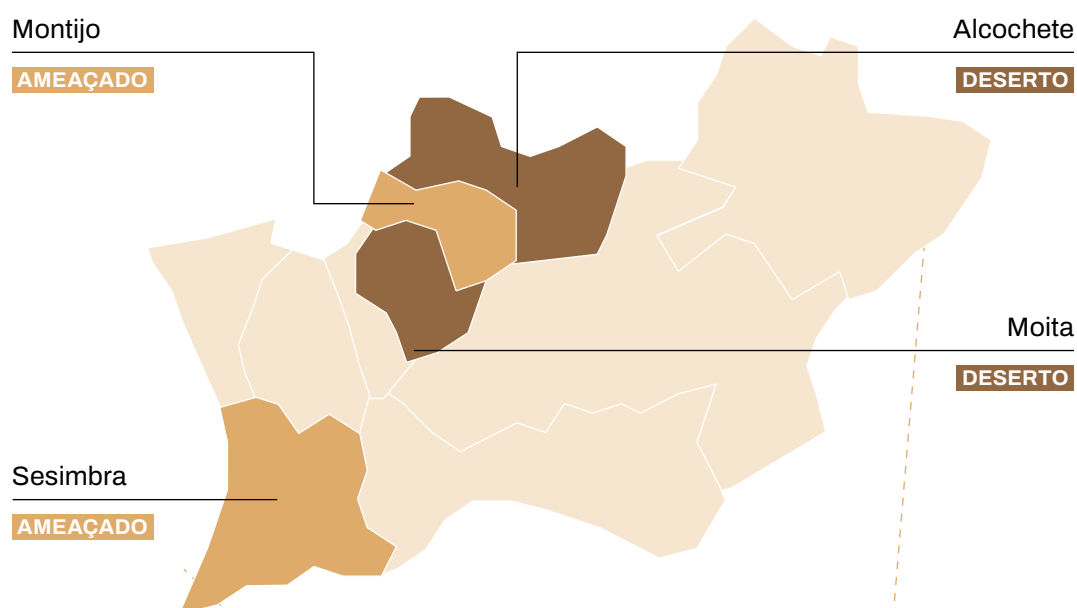
04 Desertos (Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Sabugal e Trancoso)

01 Semi (Seia)



Península de Setúbal

09 concelhos
848.507 habitantes (2024)



29
meios de
comunicação

1 meio
para cada
29,25 mil hab

IMPRESSOS

04 Desertos (Alcochete, Almada,
Moita e Montijo)
02 Semi (Barreiro e Sesimbra)

DIGITAIS

03 Deserto (Alcochete, Moita e Seixal)
01 Semi (Sesimbra)

RÁDIOS

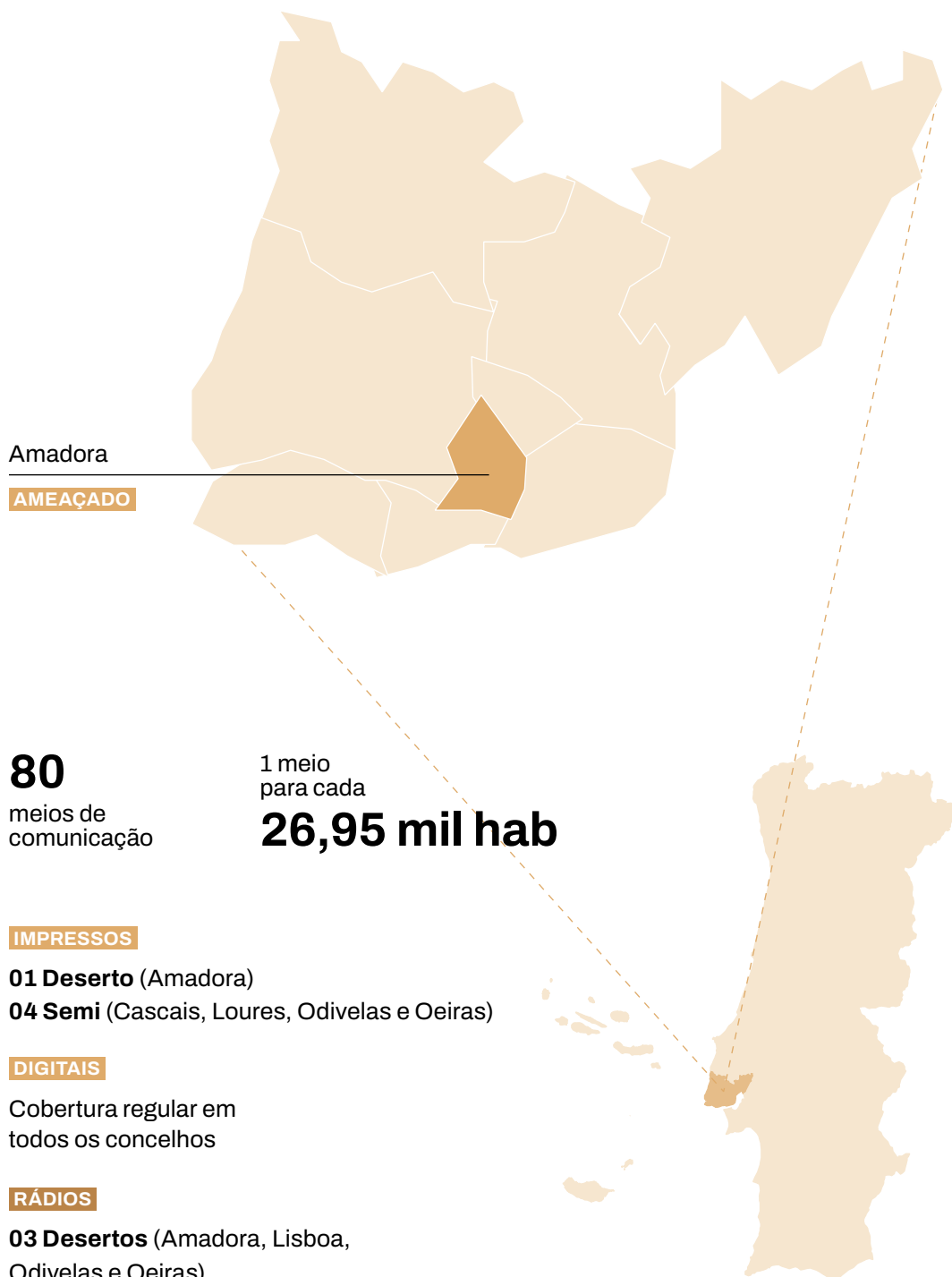
03 Desertos (Alcochete, Almada, Moita)
02 Semi (Montijo e Palmela)



Grande Lisboa

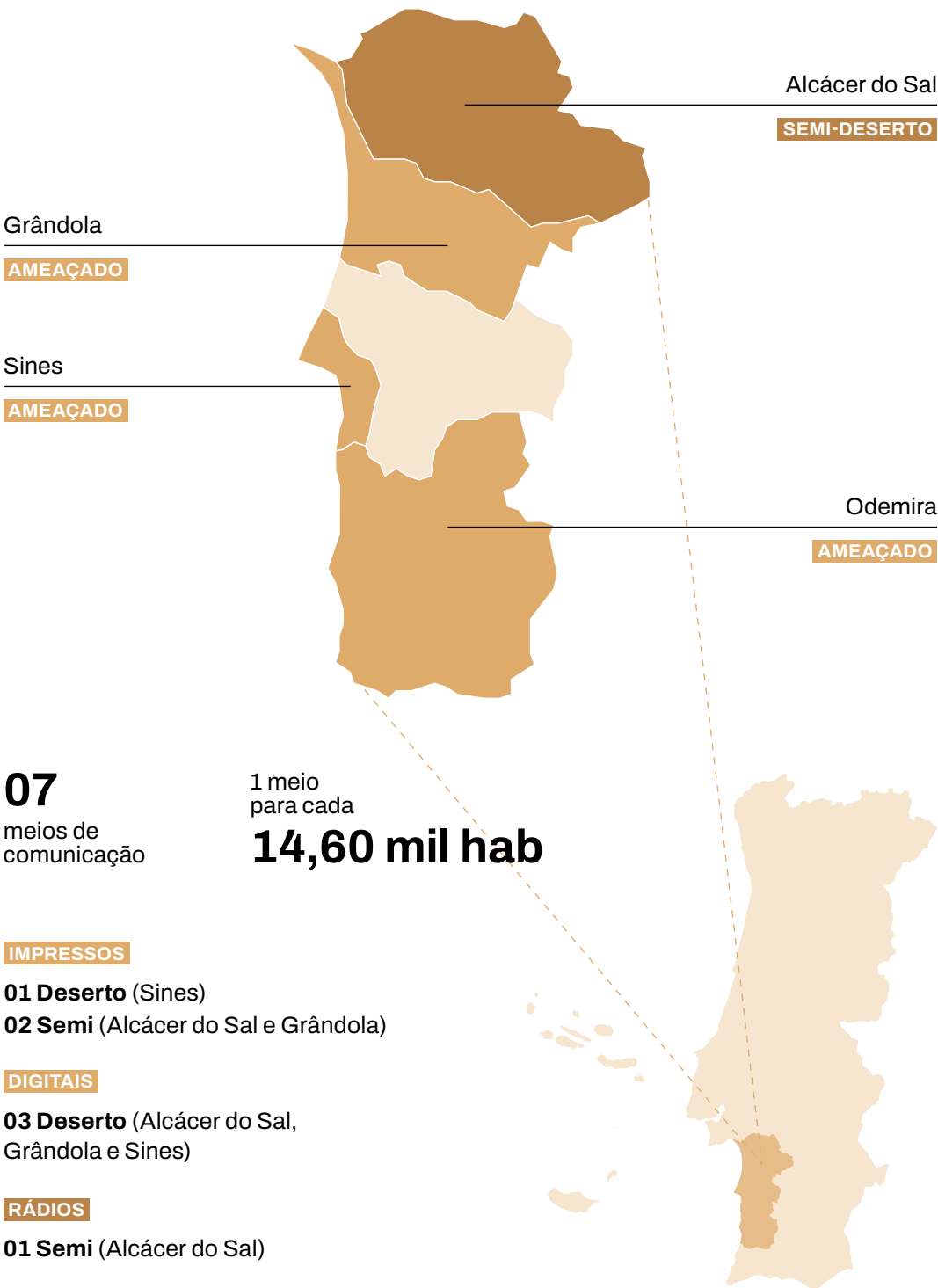
09 concelhos

2.156.612 habitantes (2024)



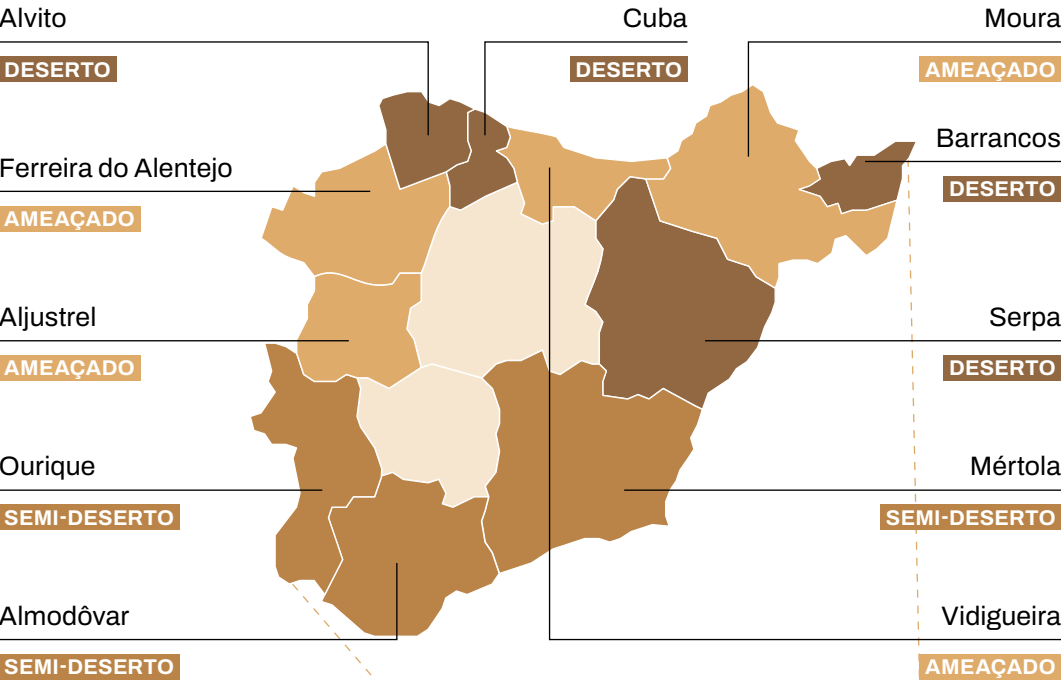
Alentejo Litoral

05 concelhos
102.218 habitantes (2024)



Baixo Alentejo

13 concelhos
115.680 habitantes (2024)



16
meios de
comunicação

1 meio
para cada
7,23 mil hab

IMPRESSOS

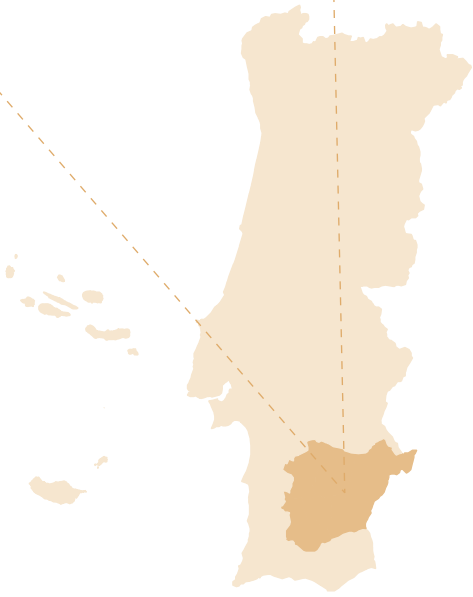
10 Desertos (Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique, Serpa e Vidigueira)
01 Semi (Moura)

DIGITAIS

10 Desertos (Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique, Serpa e Vidigueira)

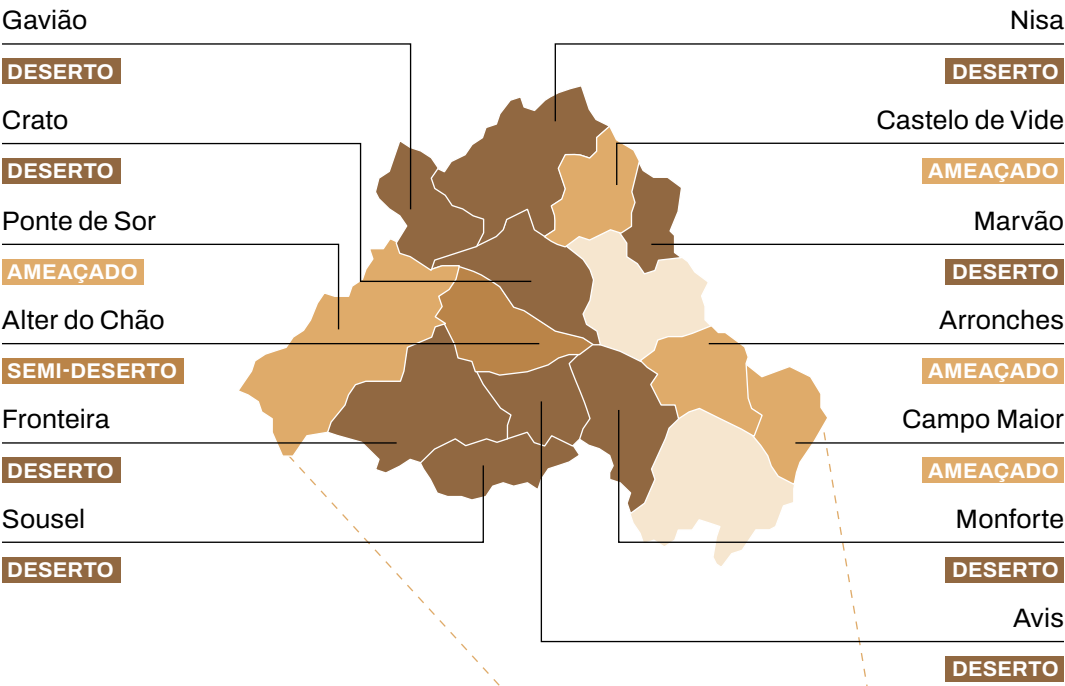
RÁDIOS

07 Desertos (Alvito, Barrancos, Cuba e Serpa, Almodôvar, Mértola e Ourique)



Alto Alentejo

15 concelhos
103.566 habitantes (2024)



09
meios de
comunicação

1 meio
para cada
11,50 mil hab

IMPRESSOS

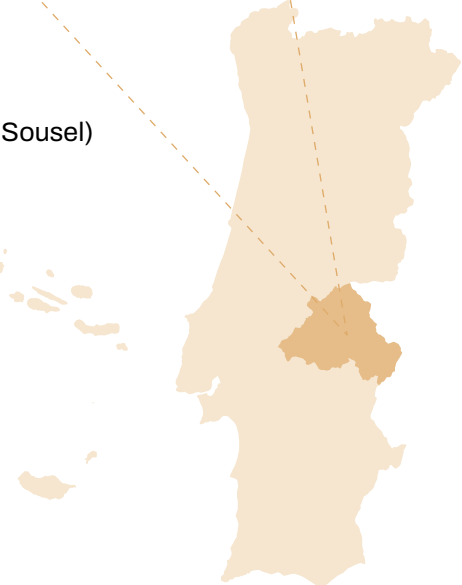
10 Desertos (Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa e Sousel)
02 Semi (Alter do Chão e Arronches)

DIGITAIS

11 Desertos (Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Sousel)

RÁDIOS

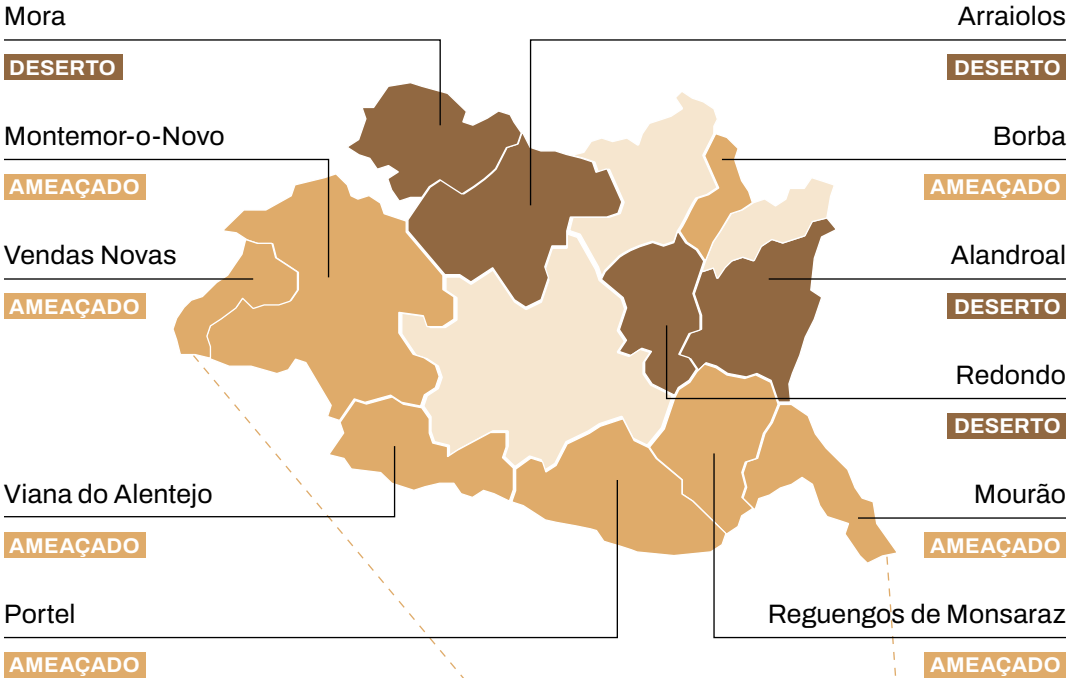
11 Desertos (Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa e Sousel)
01 Semi (Ponte de Sor)



Alentejo Central

14 concelhos

153.430 habitantes (2024)



37
meios de
comunicação

1 meio
para cada
4,14 mil hab

IMPRESSOS

10 Deserto (Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo, e Vila Viçosa)

03 Semi (Reguengos de Monsaraz, Estremoz e Montemor-o-Novo)

DIGITAIS

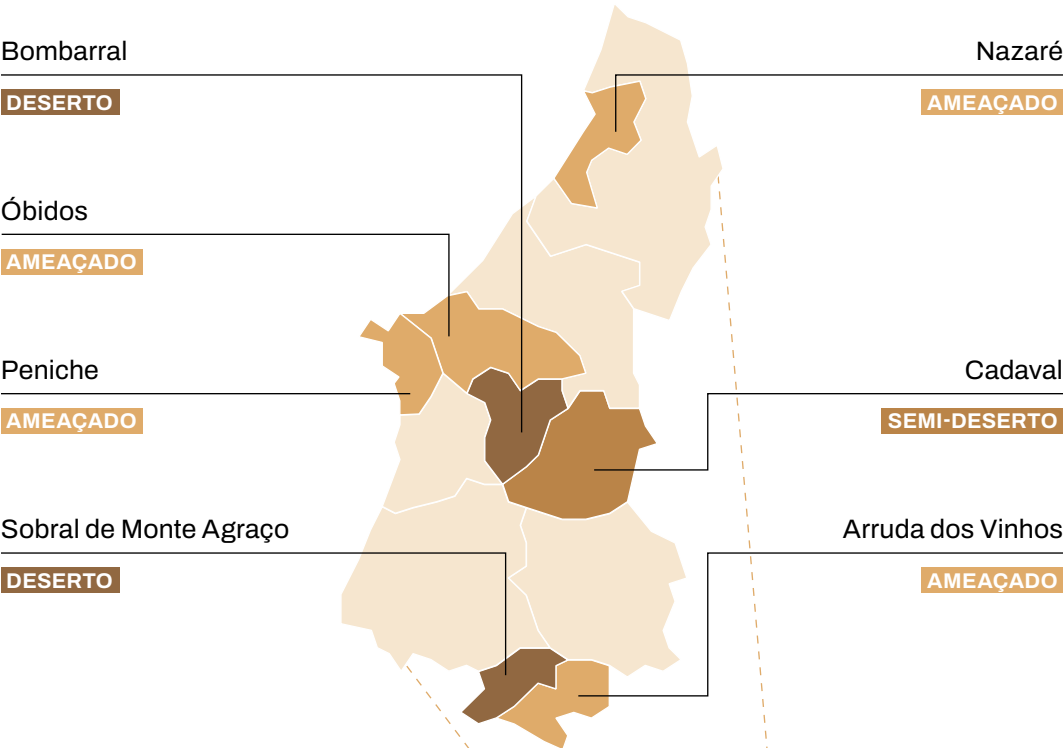
11 Deserto (Alandroal, Arraiolos, Borba, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Viana do Alentejo)

RÁDIOS

04 Desertos (Alandroal, Arraiolos, Mora e Redondo)

Oeste

12 concelhos
395.474 habitantes (2024)



32
meios de
comunicação

1 meio
para cada
12,35 mil hab

IMPRESSOS

06 Desertos (Bombarral, Nazaré, Óbidos, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Sobral de Monte Agraço)
01 Semi (Peniche)

DIGITAIS

07 Desertos (Bombarral, Nazaré, Óbidos, Peniche, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Sobral de Monte Agraço)

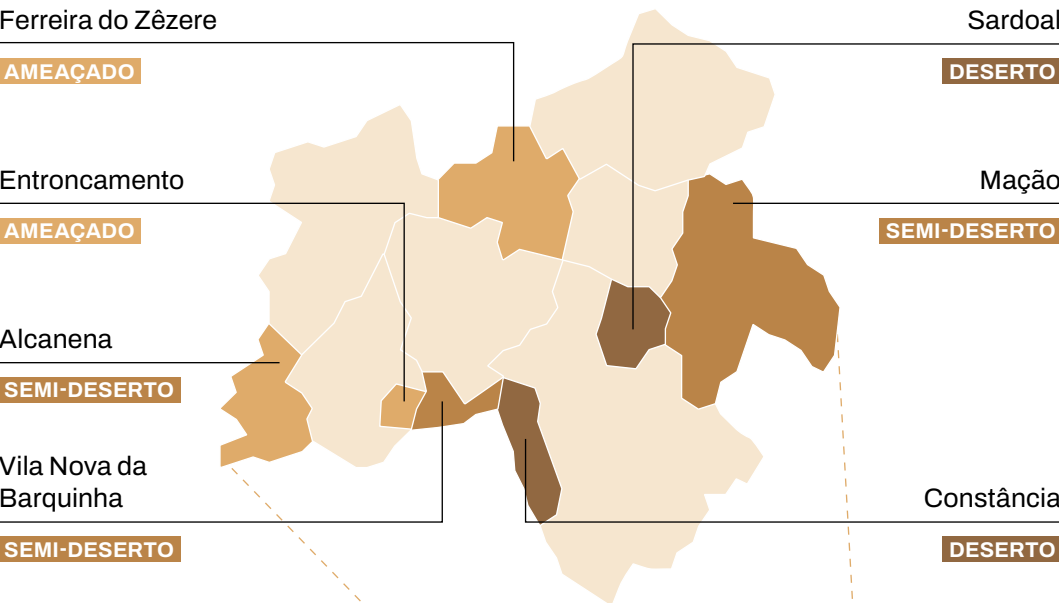
RÁDIOS

02 Desertos (Bombarral e Sobral de Monte Agraço)
02 Semi (Caldas da Rainha e Cadaval)



Medio Tejo

11 concelhos
218.467 habitantes (2024)



29
meios de comunicação

1 meio para cada
7,53 mil hab

IMPRESSOS

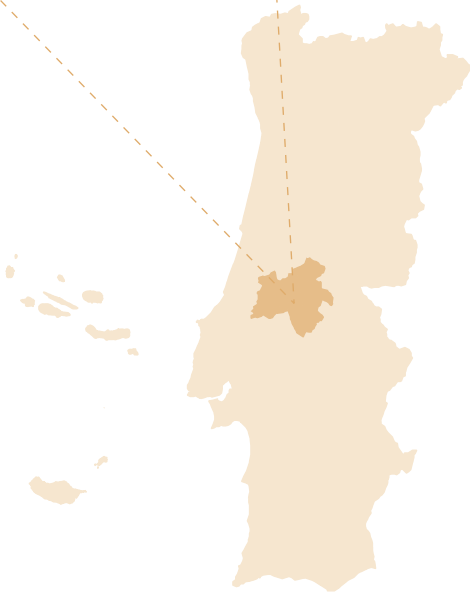
04 Desertos (Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Sardoal)
04 Semi (Mação, Vila Nova da Barquinha, Alcanena e Abrantes)

DIGITAIS

08 Desertos (Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha)

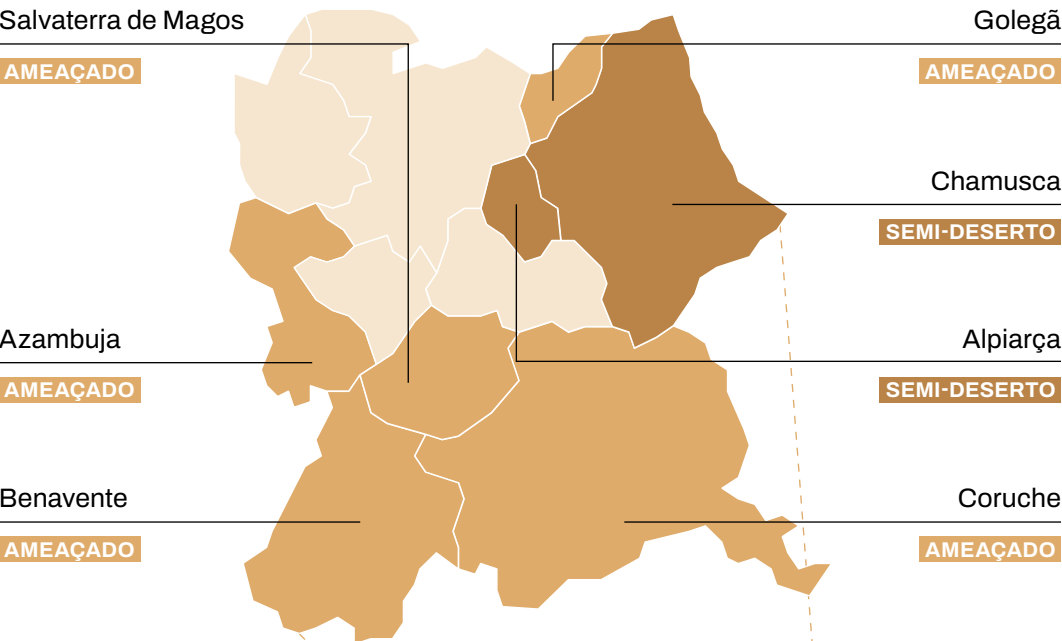
RÁDIOS

05 Desertos (Alcanena, Constância, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha)



Lezíria do Tejo

11 concelhos
251.374 habitantes (2024)



28
meios de
comunicação

1 meio
para cada
8,97 mil hab

IMPRESSOS

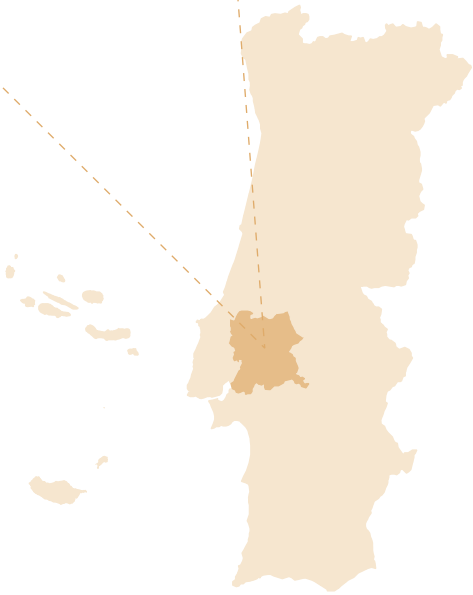
06 Deserto (Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Salvaterra de Magos)
03 Semi (Alpiarça, Cartaxo e Azambuja)

DIGITAIS

05 Desertos (Alpiarça, Benavente, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos)

RÁDIOS

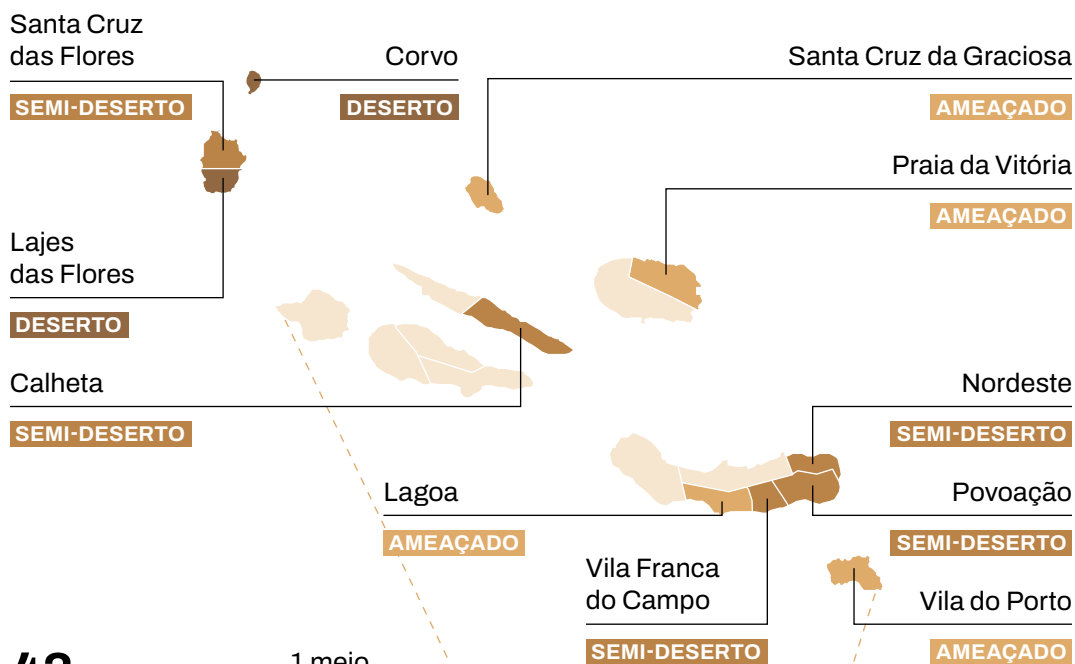
03 Desertos (Alpiarça, Coruche e Santarém)
02 Semi (Azambuja e Chamusca)



Açores

19 concelhos

241.718 habitantes (2024)



43

meios de comunicação

1 meio para cada

5,62 mil hab

IMPRESSOS

08 Deserto (Calheta, Corvo, Lajes das Flores, Nordeste, Povoação, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores e Velas)

03 Semi (Vila do Porto, Vila Franca do Campo e Lagoa)

DIGITAIS

13 Desertos (Calheta, Corvo, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Nordeste, Povoação, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Vila do Porto e Vila Franca do Campo)

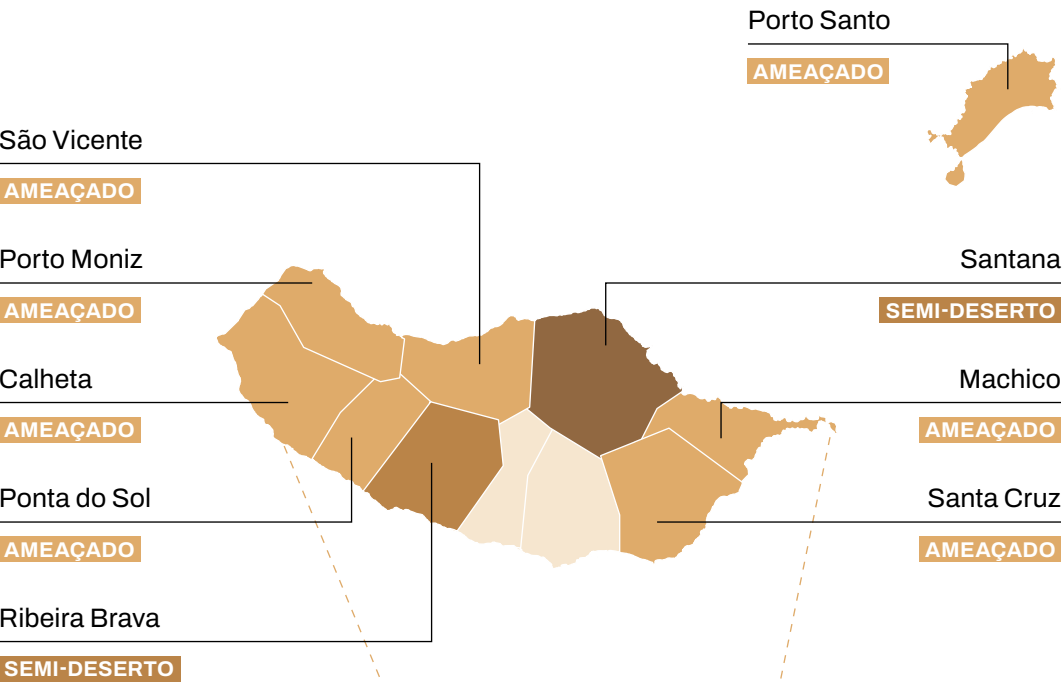
RÁDIOS

02 Desertos (Corvo, Lajes das Flores)

07 Semi (Calheta, Lagoa, Nordeste, Povoação, Praia da Vitória, Santa Cruz das Flores e Vila Franca do Campo)

Madeira

11 concelhos
259.440 habitantes (2024)



25
meios de
comunicação

1 meio
para cada
10,37 mil hab

IMPRESSOS

09 Desertos (Calheta, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente)

DIGITAIS

09 Desertos (Calheta, Câmara de Lobos, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente)

RÁDIOS

02 Semi (Ribeira Brava e Santana)

Concelhos em desertos de notícias

1. Alandroal	30. Penamacor
2. Alcochete	31. Penedono
3. Alfândega da Fé	32. Redondo
4. Alvito	33. Ribeira de Pena
5. Arraiolos	34. Santa Comba Dão
6. Avis	35. Santa Marta de Penaguião
7. Barrancos	36. Sardoal
8. Bombarral	37. Sernancelhe
9. Constância	38. Serpa
10. Corvo	39. Sobral de Monte Agraço
11. Crato	40. Sousel
12. Cuba	41. Tarouca
13. Figueiró dos Vinhos	42. Terras de Bouro
14. Freixo de Espada à Cinta	43. Trancoso
15. Fronteira	44. Vila Flor
16. Gavião	45. Vila Velha de Ródão
17. Lajes das Flores	
18. Manteigas	
19. Marvão	
20. Mesão Frio	
21. Miranda do Douro	
22. Moita	
23. Mondim de Basto	
24. Monforte	
25. Mora	
26. Murça	
27. Nisa	
28. Oliveira de Frades	
29. Pedrógão Grande	



Concelhos em semi-desertos de notícias

1. Alcácer do Sal	28. Santa Cruz das Flores
2. Alcanena	29. Santana
3. Alijó	30. São Brás de Alportel
4. Aljezur	31. Silves
5. Almodôvar	32. Vale de Cambra
6. Alpiarça	33. Valença
7. Alter do Chão	34. Valpaços
8. Batalha	35. Vila do Bispo
9. Cadaval	36. Vila Franca do Campo
10. Calheta (Açores)	37. Vila Nova da Barquinha
11. Cantanhede	38. Vila Nova de Foz Côa
12. Carregal do Sal	
13. Castanheira de Pera	
14. Chamusca	
15. Figueira de Castelo Rodrigo	
16. Idanha-a-Nova	
17. Mação	
18. Mértola	
19. Mogadouro	
20. Nordeste	
21. Ourique	
22. Pampilhosa da Serra	
23. Penalva do Castelo	
24. Penela	
25. Povoação	
26. Ribeira Brava	
27. Sabrosa	

Concelhos ameaçados

1. Aguiar da Beira	30. Golegã	59. Ponte de Sor
2. Albergaria-a-Velha	31. Gondomar	60. Portel
3. Albufeira	32. Grândola	61. Porto Moniz
4. Alcoutim	33. Lagoa	62. Porto Santo
5. Aljustrel	34. Lagos	63. Póvoa de Lanhoso
6. Almeida	35. Lousã	64. Praia da Vitória
7. Alvaiázere	36. Macedo de Cavaleiros	65. Reguengos de Monsaraz
8. Amadora	37. Machico	66. Resende
9. Amares	38. Mêda	67. Sabugal
10. Ansião	39. Melgaço	68. Salvaterra de Magos
11. Armamar	40. Moimenta da Beira	69. Santa Cruz
12. Arronches	41. Montemor-o-Novo	70. Santa Cruz da Graciosa
13. Arruda dos Vinhos	42. Montemor-o-Velho	71. São Vicente
14. Azambuja	43. Montijo	72. Sátão
15. Benavente	44. Mortágua	73. Sesimbra
16. Borba	45. Moura	74. Sever do Vouga
17. Boticas	46. Mourão	75. Sines
18. Calheta	47. Murtosa	76. Tabuaço
19. Campo Maior	48. Nazaré	77. Torre de Moncorvo
20. Carrazeda de Ansiães	49. Nelas	78. Vagos
21. Castelo de Vide	50. Óbidos	79. Vendas Novas
22. Castro Marim	51. Odemira	80. Viana do Alentejo
23. Celorico da Beira	52. Oleiros	81. Vidigueira
24. Cinfães	53. Olhão	82. Vila de Rei
25. Coruche	54. Penacova	83. Vila do Porto
26. Entroncamento	55. Peniche	84. Vila Nova de Paiva
27. Ferreira do Alentejo	56. Pinhel	85. Vimioso
28. Ferreira do Zêzere	57. Ponta do Sol	86. Vinhais
29. Góis	58. Ponte da Barca	87. Vizela



Os 50 menores concelhos de Portugal

24 desertos

8 semi-desertos

18 fora

Alandroal

Alfândega da Fé

Alvito

Arronches

Avis

Barrancos

Constância

Crato

Cuba

Freixo de Espada à Cinta

Fronteira

Gavião

Lajes das Flores

Manteigas

Marvão

Mesão Frio

Monforte

Mora

Pedrógão Grande

Penamacor

Penedono

Sardoal

Sousel

Vila Velha de Ródão

Alter do Chão

Calheta (Açores)

Castanheira de Pera

Figueira de C. Rodrigo

Nordeste

Ourique

Pampilhosa da Serra

Santa Cruz das Flores

Alcoutim

Boticas

Castelo de Vide

Fornos de Algodres

Góis

Lajes do Pico

Mêda

Mourão

Oleiros

Porto Moniz

Santa Cruz da Graciosa

São Roque do Pico

São Vicente

Tabuaço

Velas

Vila de Rei

Vila Nova de Paiva

Vimioso

Referências bibliográficas

- Abernathy, P. (2018). The expanding news desert. University of North Carolina: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 18.
- Abernathy, P. (2020). The Expanding News Desert. <https://www.usnewsdeserts.com/>
- Abernathy, P. (2022). The State of Local News 2022. <https://localnewsinitiative.northwestern.edu/projects/state-of-local-news/>
- Albernathy, P. (2023). News deserts: A research agenda for addressing disparities in the United States. *Media and Communication*, 11(3), 290–292.
- Atlas da Notícia (2022). Relatórios - 2017 a 2021. <https://www.atlas.jor.br/dados/relatorios/>
- Barclay, S., Barnett, S., Moore, M., & Townend, J. (2022). Local News Deserts in the UK. *What Effect Is the Decline in Provision of Local News and Information Having on Communities?* Charitable Journalism Project.
- Correia, J. C., Jerónimo, P., & Gradim, A. (2019). Fake news: Emotion, belief and reason in selective sharing in contexts of proximity. *Brazilian Journalism Research*, 15, 590–613.
- Ferrier, M. B. (2023). Co-creating news oases in media deserts. *Media and Communication*, 11(3), 355–359.
- Gulyas, A., Jenkins, J., & Bergström, A. (2023). Places and spaces without news: The contested phenomenon of news deserts. *Media and Communication*, 11(3), 285–289.
- Heikka, T. (2017). Dialogic journalism: How can journalists participate in the networks of social innovation? University of Jyväskylä.
- Hindman, M. (2015). *Stickier News: What Newspapers Don't Know about Web Traffic Has Hurt Them Badly—But There Is a Better Way* (Discussion Paper Series, Issue April). Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy.

- Jerónimo, P. (2015). Ciberjornalismo de proximidade: Redações, jornalistas e notícias online. LabCom.IFP.
- Jerónimo, P., & Esparza, M. S. (2022). Disinformation at a local level: An emerging discussion. *Publications*, 10(2), 15.
- Jerónimo, P., & Sánchez Esparza, M. (2023). Jornalistas locais e fact-checking: Um estudo exploratório em Portugal e Espanha. *Comunicação e Sociedade*, 44, e023016.
- Jerónimo, P., Ramos, G., & Torre, L. (2022). Desertos de notícias Europa 2022: Relatório de Portugal. MediaTrust.Lab / LabCom.
- Maneta, M., Torre, L., Rodrigues, A., Amaral, I., & Jerónimo, P. (2024). Jovens e consumo mediático: Uma análise comparativa entre desertos e não-desertos de notícias em Portugal. *Media & Jornalismo*, 24(45), e4512.
- Mota, D. (2023). A erosão da proximidade: Questões e desafios do jornalismo local na sociedade contemporânea. *Comunicação e Sociedade*, 44, e023027.
- Noronha, M., & Di Fátima, B. (2023). Pegadas da transição digital: Mapeamento dos media da região centro de Portugal e os seus públicos no Facebook. In P. V. Melo & P. Jerónimo (Eds.), *Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade: Diálogos e desafios em cenários de crises* (pp. 143–162). Livros LabCom.
- Olsen, R. Kr., & Mathisen, B. R. (2023). Deserted local news: Exploring news deserts from a journalistic recruitment perspective. *Media and Communication*, 11(3), 390–400.
- Ramos, G. (2021). Deserto de Notícias: panorama da crise do jornalismo regional em Portugal. *Estudos de Jornalismo*, 30–31.

- Ramos, G., & Torre, L. (2023). Jornalismo comunitário no contexto dos desertos de notícias. In P. V. Melo & P. Jerónimo (Eds.), *Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade: Diálogos e desafios em cenários de crises* (pp. 119–142). Livros LabCom.
- Ramos, G., Torre, L., & Jerónimo, P. (2023). No Media, No Voters? The Relationship between News Deserts and Voting Abstention. *Social Sciences*, 12, 345
- Ricarte, É., & Ramos, G. (2023). O espaço dos jovens no jornalismo regional português. In P. V. Melo & P. Jerónimo (Eds.), *Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade: Diálogos e desafios em cenários de crises* (pp. 163–184). Livros LabCom.
- Steensen, S. (2023). Dealing with Covid-19 in casual democracies. *Media and Communication*, 11(3), 414–525.
- Torre, L., & Jerónimo, P. (2023). Esfera pública e desinformação em contexto local. *Texto Livre*, 16, e41881.
- Torre, L., Ramos, G., Noronha, M., & Jerónimo, P. (2024). Sourcing Local Information in News Deserts. *Journalism and Media*, 5(3), 1228-1243.
- Volger, D., Weston, M., & Udris, L. (2023). Investigating news deserts on the content level: Geographical diversity in Swiss news media. *Media and Communication*, 11(3), 343–354.
- Wang, R. Y. (2023). The geography of newspaper circulations: A spatial taxonomy of “news(paper) deserts” in the United States. *Media and Communication*, 11(3), 304–317.

Agradecimentos

A elaboração deste estudo não teria sido possível sem os contributos de várias pessoas que, de diferentes formas, acrescentaram valor e enriqueceram o trabalho. Neste sentido, deixamos um sincero agradecimento a Gisela Martins, Ivone Neiva Santos, Inês Rua, Luís Bonixe e Raquel Torres Guerra, pelo tempo, pela disponibilidade e pelas reflexões partilhadas, que foram fundamentais para o desenvolvimento e aprofundamento das ideias aqui apresentadas.

In Memoriam

Maria Margarida Ramos (1952-2025), mãe de um dos autores deste estudo, Giovanni Ramos, que nos deixou nos últimos dias de setembro. Este singelo apontamento, significa o reconhecimento que as restantes autoras e autor fazem ao seu colega, jovem investigador, que nos últimos anos tem contribuído de forma significativa para os estudos dos media e do jornalismo, designadamente a partir da sua dimensão mais local e regional.

Ficha Técnica

Título

Desertos de Notícias Europa 2025:
Relatório de Portugal

Autores

Pedro Jerónimo
Giovanni Ramos
Luísa Torre
Inês Salvador

Design e infografia

Thais Longaray

Edição

LabCom

ISBN

978-989-9229-43-3 (papel)
978-989-9229-44-0 (pdf)

Depósito Legal

554804/25

DOI

10.25768/9229-44-0

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama
6201-001 Covilhã
Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, Portugal 2025

© 2025, Pedro Jerónimo, Giovanni Ramos, Luísa Torre & Inês Salvador
© 2025, Universidade da Beira Interior
O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de
reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da
totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor
e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das
imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

O presente estudo, além de proceder à atualização dos dados referentes ao ano de 2022, tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no panorama informativo nacional. Pretende-se identificar que concelhos passaram a integrar o conjunto dos denominados desertos de notícias, quais deles deixaram de o fazer, e quais se encontram atualmente em situação de ameaça devido à escassez de meios de comunicação social. O estudo regista, assim, os concelhos onde se encontram sediados órgãos de comunicação social de informação geral e de natureza jornalística, bem como aqueles em que essa presença está ausente. A principal inovação desta edição consiste na introdução de uma perspetiva regional, com base na divisão territorial das NUTS III, permitindo uma análise mais fina das dinâmicas locais.